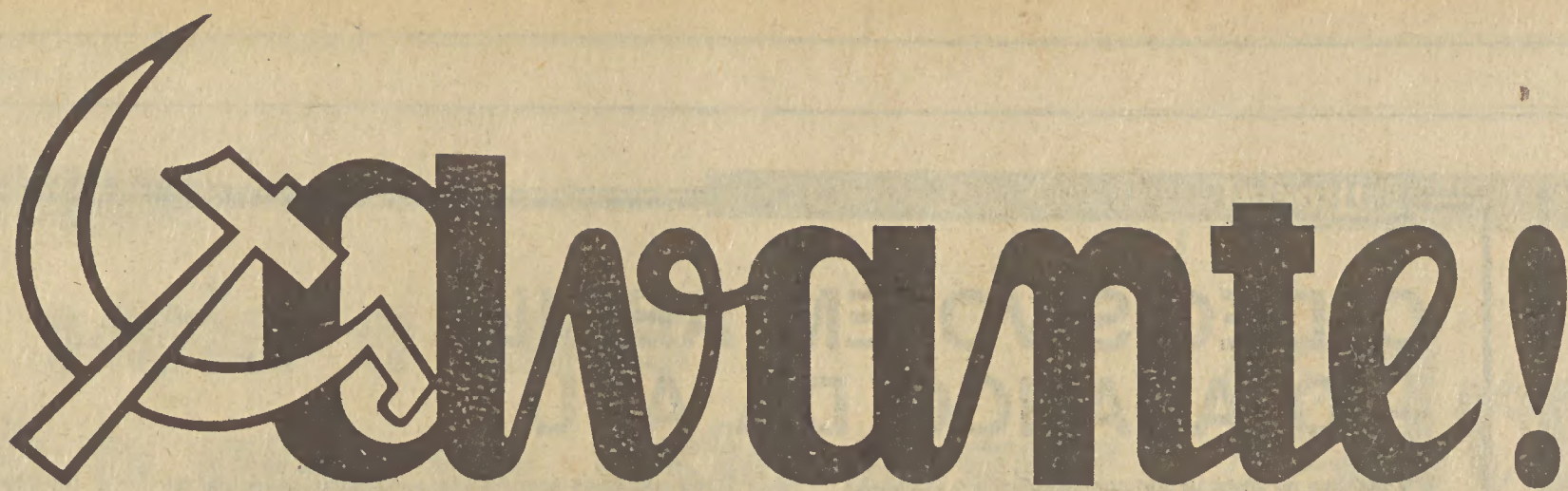


ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 475
10 de Fevereiro de 1983

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

DECISIVO PARA A ALTERNATIVA É A SUBIDA DO PCP E DA APU

Editorial



Encontro de quadros comunistas de Aveiro, no último sábado, com a participação de Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC. Uma das muitas iniciativas do PCP no passado fim-de-semana

Preparar o Partido para as eleições

Centenas de reuniões decorrem em todo o Continente e Regiões Autónomas para dinamizar o Partido para a decisiva batalha eleitoral de 25 de Abril - Pág. 5

Suplemento /

Avante!



AUTARQUIAS
APU

Reunião
de trabalho
para
preparar
o trabalho

«PODE O PAÍS
PERMITIR-SE
MAIS
QUATRO ANOS
DE POLÍTICA
DE DIREITA?»

Na CIFA
só as fibras
são artificiais
— real e dura
é a luta
dos trabalhadores

Lajes
Porto Santo
Beja
etc.

REFORMA AGRÁRIA EXIGE REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE

Pág. 4



POPULAÇÕES APOIAM A LUTA DOS TRANSPORTES

Pág. 7

52 anos do
Avante!

SEMANA

2
Quarta-feira

O PCP e o MDP/CDE anunciam no final de uma reunião conjunta a decisão de voltarem a concorrer às próximas eleições legislativas coligados na APU ■ A CGTP-IN revela que vai requerer a declaração de inconstitucionalidade do diploma do Governo AD demitido que impõe um tecto salarial de 17 por cento ■ Os conselhos directivos das escolas dos concelhos de Almada e Seixal alertam para a possibilidade das mesmas deixarem de funcionar no próximo ano lectivo, caso não sejam tomadas medidas urgentes para a instalação da população escolar ■ O governo espanhol aprova em Conselho de Ministros uma proposta para a despenalização do aborto ■ Recomeçam em Genebra as conversações entre a URSS e os EUA sobre a redução das armas estratégicas ■ Ronald Reagan rejeita no Congresso quaisquer programas para combater o desemprego nos EUA, a pretexto de não aumentar a inflação ■ Os oito jornalistas assassinados no Peru são declarados "Mártires do jornalismo peruano" pela Ordem dos jornalistas do país.

3
Quinta-feira

Ausência do CDS

O PSD e o CDS aprovam na AR um "orçamento provisório" que prima pelo aumento dos impostos e de preços dos produtos e bens essenciais, para além de cortes nos sectores da saúde e habitação; os deputados do CDS só entraram no hemiciclo para votar ■ Basílio Horta revela à Anop que vai demitir-se de presidente da Comissão Directiva do Conselho Nacional do CDS e que mais oito dirigentes lhe seguirão o exemplo ■ Termina a visita a Israel de uma delegação da Internacional Socialista chefiada por Mário Soares; este considera que a "posição adoptada por Begin reforça a OLP em vez de a enfraquecer e acabará por introduzir a URSS como importante factor político na região" ■ Chega a Moçambique o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, para conversações com Samora Machel.

4
Sexta-feira

Trabalhadores em luta

O Presidente da República dissolve a Assembleia e marca eleições para o dia 25 de Abril ■ Milhares de trabalhadores da Reforma Agrária manifestam-se em Évora contra a política do demitido governo da AD, que continua a roubar terras a quem as trabalha ■ Helena Roseta revela a intenção de propor ao próximo congresso social-democrata uma lista para a direcção do PSD, uma proposta de estatutos e a eliminação do cargo de presidente ■ Perez de Cuellar condena em Maputo os ataques racistas de Pretória ■ A República Popular de Angola comemora o 22.º aniversário da luta armada contra o colonialismo ■ A "ETA Militar" reivindica a responsabilidade de diversos atentados registados no país Basco, que assinalam o recrudescimento do terrorismo em Espanha ■ A Hungria e a Bulgária manifestam-se a favor de uma zona livre de armas nucleares tácticas na Europa.

5
Sábado

Mais de mil socialistas afectos ao ex-Secretariado do PS reúnem em Coimbra para debater a vida interna do partido e a situação política nacional, terminando com uma série de avisos à actual direcção do PS ■ Representantes dos trabalhadores da EPAC denunciam no seu 1.º Encontro Sindical Nacional que o Estado deve àquela Empresa Pública cerca de 70 milhões de contos, o que já a forçou a contrair empréstimos junto de entidades nacionais e estrangeiras ■ Um atentado à bomba no Banco de Biscaya, em Bilbao, provoca dois mortos e sete feridos ■ Rádio Damasco afirma que a Síria está na expectativa de um ataque israelita, denunciando "operações militares" de Israel que apontam para a possibilidade de incursões sionistas em território sírio ■ A Cruz Vermelha anuncia em Genebra que o número de emigrantes expulsos da Nigéria ascende a dois milhões.

6
Domingo

O PCP denuncia em conferência de imprensa que o orçamento provisório retira 61 milhões de contos à verba de investimentos das autarquias locais ■ Três centenas de delegados de 35 países signatários da Acta Final de Helsínquia iniciam em Viena a conferência sobre as formas de eliminar o perigo de guerra nuclear na Europa ■ Um jornal britânico, "The Mail of Sunday" revela que a primeiro-ministro Thatcher está a considerar a hipótese de convocação de eleições gerais para Junho próximo ■ O ministro francês da Justiça, comentando o encarceramento na véspera do criminoso nazi Barbie, antigo chefe da Gestapo em Lyon e responsável pelo assassinato de milhares de pessoas entre as quais o célebre chefe da resistência Jean Moulin, que chegou a "hora da justiça".

7
Segunda-feira

Eduardo Mondlane

Uma greve dos transportes ferroviários afecta praticamente todo o País. Os trabalhadores da CP batem-se contra a tentativa de imposição de um tecto salarial de 17 por cento ■ Por proposta da Aliança Povo Unido, a sessão da Câmara Municipal de Lisboa aprova para uma avenida da capital o nome de Eduardo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Fretilim, assassinado há 14 anos ■ A Comissão Nacional de Eleições divulga o mapa de distribuição de deputados pelos círculos eleitorais para as próximas eleições. O novo mapa apenas indica duas alterações em relação ao anterior: Braga ganha mais um deputado e Coimbra perde-o ■ Pinochet aceita a demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, René Rojas Galadmes, segundo anuncia o secretário-geral do governo fascista do Chile.

8
Terça-feira

Greve nos transportes colectivos de Lisboa, Metro e Carris, deixaram a capital a andar a pé, enquanto a greve da CP privou o país de comboios. A luta dos trabalhadores contra o tecto salarial teve uma adesão de 100% ■ O Conselho Nacional do CDS aceita o pedido de demissão de Basílio Horta dos cargos directivos e nomeia uma comissão de gestão do partido até ao respectivo congresso ■ Pinto Balsemão afirma que não se recandidata à presidência do PSD ■ A Comissão Israelita de inquérito às chacinas nos campos de refugiados de Sabra e Chatila pronuncia-se pela responsabilidade de Begin e Ariel Sharon na morte de mais de dois mil palestinianos ■ O secretário-geral do Partido Tudeh e outros membros do respectivo Comité Central são presos em Teerão ■ Washington elogia o regime fascista do El Salvador num relatório sobre a "defesa dos direitos humanos".

Editorial

O DECISIVO EM ABRIL
— O AVANÇO DA APU!

O decisivo na situação portuguesa actual é o avanço da APU nas próximas eleições de 25 de Abril.

Compreender esta questão significa colocar no centro do movimento popular e democrático como tarefa primordial imediata a criação de condições especiais — políticas e de organização da campanha — para um substancial aumento do número de votos e de deputados dos partidos da APU nas eleições e na futura Assembleia da República. Este objectivo central está ao alcance das forças democráticas mais consequentes. Factores excepcionalmente favoráveis para o alcançar tomaram vulto nos últimos dias.

A dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições legislativas antecipadas pelo Presidente Ramalho Eanes encerram três anos de uma experiência governativa e política profundamente gravosa para o Povo português e o País.

Culminam além disso acontecimentos capitais desenhados em catadupa pela pesada derrota eleitoral da «AD» em 12 de Dezembro, constituindo a saída natural para uma situação de provada ilegitimidade no Poder da coligação reaccionária governante.

Os acontecimentos posteriores e outros que se processam e avizinham confirma largamente a estrondosa falência política da «AD», dos seus planos golpistas, do seu projecto antidemocrático.

Poém, por outro lado, com grande acuidade e urgência a todos os democratas e patriotas, a necessidade de soluções acertadas para os graves problemas nacionais deixados pela governação «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral, uma saída para a crise generalizada em que mergulharam o País assente na defesa dos interesses e na participação empenhada dos trabalhadores e do povo.

O alargamento da representação parlamentar do PCP e da APU nas eleições de 25 de Abril ampliará a voz e a força do movimento popular e democrático nos centros de decisão, garantirá a sua necessária participação numa alternativa democrática, impedirá a manipulação do Poder em benefício da oligarquia financeira e do imperialismo.

Um duro mas imprescindível trabalho de esclarecimento e mobilização populares se impõe a todos os democratas e activistas da APU.

É imperioso um salto nas consciências e na operosidade política de todos os homens, mulheres e jovens dos mais variados sectores sociais empenhados na defesa dos interesses populares e da democracia e das conquistas fundamentais de Abril.

A degradação do Poder e das instituições resultante da política objectivamente antipovo, antidemocrática e antinacional da «AD», a inoperância e incapacidade de resposta dos sucessivos governos «AD» para os mais instantes problemas do País e do povo juntamente com a acção deliberada e dissolvente nos planos ideológico e político dos círculos mais reaccionários, semearam grandes áreas de frustração, de descrença popular nos partidos políticos e nas instituições democráticas, sementeiras que são um caldo de cultura para o oportunismo, o golpismo, a subversão e a contra-revolução.

PCP

O PS e as Lajes

● O PS está de acordo com a utilização da Base das Lajes para actos de agressão norte-americana contra os países árabes

A SIP do PCP divulgou no passado dia 4 a seguinte nota:

1 Assume um elucidativo significado político o facto de o Gabinete de Imprensa do PS ter ontem emitido uma nota desmentindo que Mário Soares (conforme a imprensa noticiou) tenha afirmado que o PS se oporia à utilização da Base das Lajes para abastecimento e trânsito de forças militares norte-americanas em caso de conflito no Médio Oriente.

2 O desmentido e bem assim as referências feitas na mesma nota a que o acordo sobre as Lajes deve, segundo o PS, ser perspectivado "na defesa dos interesses nacionais e das opções da nossa política externa nomeadamente, das res-

pensabilidades de Portugal no quadro da NATO e das relações bilaterais com os "EUA" — querem, pura e simplesmente, dizer que o PS está de acordo com a utilização da Base das Lajes para actos de agressão norte-americana contra os países árabes. A pressa do desmentido parece indicar que o PS foi tomado de pânico perante a possibilidade de a Administração Reagan, sabendo das afirmações atribuídas a Mário Soares, momentaneamente poder pensar que outra era a posição do PS.

3 Trata-se de uma posição que ilustra bem que, em política externa como noutras matérias, o PS não consegue esconder que aposta na continuidade da política da AD, inclusive em questões (como é o caso da utilização da Base das Lajes para agressão aos povos árabes) em que um elementar

sentido patriótico e de real defesa dos interesses nacionais obrigariam a marcar profundas distâncias em relação à subserviência dos governos AD aos ditames do imperialismo norte-americano.

4 A utilização do território nacional para actos agressivos do imperialismo tem merecido a constante reprobção dos democratas portugueses.

Todos se recordarão a este propósito do protesto e viva denúncia que os democratas e patriotas do nosso país fizeram em 1973 quando o governo de Marcelo Caetano (ao contrário de outros países ocidentais) permitiu a utilização da Base das Lajes para o apoio militar

norte-americano ao sionismo na guerra de Yom Kippur.

5 Depois da política externa de submissão ao imperialismo conduzida pela AD é uma necessidade imperiosa que Portugal democrático se faça respeitar na cena internacional e nas relações com outros países por uma firme política de independência nacional e por uma activa contribuição para a paz no mundo e para a amizade e cooperação entre os povos.

Está à vista que não são esses valores e objectivos defendidos pelo PS. Os democratas e patriotas portugueses daí retirarão as devidas conclusões.

(Ler, no Suplemento, artigo sobre a Base das Lajes)

Nacional

Vidreira da Fontela
— a luta não pára

Os operários da Empresa Vidreira da Fontela, na Figueira da Foz, desencadearam ontem uma jornada de luta à escala nacional para, deste modo, chamarem a atenção para o que se passa naquela importante empresa, que o patronato e a banca nacionalizada pretendem destruir.

Deste modo as centenas de trabalhadores que laboram naquela e noutras empresas subsidiárias cortaram as linhas do caminho-de-ferro na Figueira da Foz e fizeram cortes de es-

tradas nos principais pontos dos troços que conduzem àquela cidade na foz do Mondego.

Paralelamente, outros grupos de trabalhadores distribuíram propaganda, dando conta do que se passa na empresa, frente às delegações do Banco Português do Atlântico em Lisboa, Porto, Coimbra e Figueira da Foz. E ocuparam as instalações da mesma instituição bancária na Marinha Grande. A luta dos trabalhadores da Fontela tem sido, por diversas vezes, abordada no «Avante!» e

rito sem igual, de sinal contrário ao da política de desastre nacional da «AD» e de caciquismo, compadrio e corrupção de muitos eleitos e dirigentes locais de outras formações políticas.

O resultado foi a conquista de mais 5 municípios e mais 35 juntas de freguesia, o alargamento das autarquias APU para 30,6% do território nacional, onde se situam as grandes zonas da Reforma Agrária, as grandes manchas industriais de Lisboa, Setúbal e Marinha Grande, as vilas pesqueiras de Vila Real de Santo António e Vila do Bispo e o importante concelho rural de Sobral de Monte Agraço. A vitória da segunda «batalha» de Ourique vale como um símbolo.

Os comunistas e os restantes eleitos APU nas autarquias locais não precisam de atestados de cidadania, de eficiência política e de capacidade dirigente daqueles que pretendem afastá-los de uma participação responsável e legítima numa alternativa democrática de política e de Governo à desastrosa gestão «AD».

A Conferência Nacional do PCP a realizar em 5 de Março constituirá um ponto de definição programática e política mas principalmente um ponto de arranque para a decisiva batalha política das eleições de 25 de Abril de 1983.

A assinatura de um novo protocolo entre o PCP e o MDP/CDE para a renovação da APU, confirma a unidade e enche de entusiasmo e confiança todos os democratas e patriotas consequentes.

Nas listas APU, ao lado dos comunistas e dos membros do MDP/CDE, muitos milhares de outros democratas independentes estão ombreando e vão participar nas listas de cidadãos candidatos a deputados.

Uma dinâmica de combate e de vitória ganha largas massas de activistas que em 25 de Abril, com vastos sectores da população portuguesa, irão reafirmar uma confiança não iludida, uma determinação de viragem democrática na situação nacional, um denodado empenhamento na solução dos graves problemas criados e agudizados pela governação «AD» de Balsemão e Freitas mas que vêm de longe alguns, dos ideólogos e arquitectos da política de recuperação capitalista, da política de cedências e alianças com a direita praticada pelo PS/Mário Soares, de novo em plena revivência nas autarquias locais e na sequência dos vergonhosos conluios com a «AD» na revisão inconstitucional da Constituição e na aprovação das leis complementares.

A questão do voto útil vai colocar-se de maneira liminar a todos os democratas, a todos os cidadãos e trabalhadores, a todos os que anseiam por uma mudança democrática na situação nacional.

Tudo mostra que o voto no PS é o voto útil à direita, útil ao grande capital, aos latifundiários, à NATO, ao imperialismo.

O voto útil na democracia, no 25 de Abril, na edificação de um futuro independente e feliz para os portugueses é o voto no PCP e na APU.

Para que Abril avance, o decisivo é o avanço da APU em 25 de Abril!

Saudação
ao MPLA

O CC do PCP enviou ao CC do MPLA-Partido do Trabalho a seguinte saudação:

«Queridos camaradas

Na passagem do 22.º aniversário do início da luta armada desencadeada pelo povo angolano, sob a direcção do MPLA, o Partido Comunista Português saudamos o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, e o seu Presidente, camarada José Eduardo dos Santos, reafirma a sua solidariedade à luta do MPLA-PT pela defesa da integridade territorial da RPA, pela retirada total e incondicional dos racistas sul-africanos do sul de Angola e pela construção da sociedade sem exploradores e sem explorados.

Exprime a sua determinação em continuar a actuar para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois Partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da aproximação dos dois povos e países.

O Comité Central do Partido Comunista Português»

DIVULGA
O
Avante!
NO TEU
LOCAL
DE
TRABALHO



PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa.
Tel. 778938/778750. Porto — Rua do
Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto.
Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova —
2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heská
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 —
Venda Nova — 2700 Amadora.
Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês
de Janeiro: 47 300

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo.

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soares Pereira Gomes
— 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante,
SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º
1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa.
Tel. 778828/778825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Norte:
R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto.
Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra:
Rua 1.º de Maio, 186. Pedreira
— 3000 Coimbra Tel. 31266.

Delegação do Sul
Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 — 7000 Évora.
Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º
de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel.
24417.

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 779828.

Assembleia da República

Sem o OGE seria o caos com o OGE é o que se está a ver

"Desta já nós nos livrámos!" — terá pensado grande parte do povo português, ao conhecer, na sexta-feira passada, a concretização da já anunciada dissolução da Assembleia da República.

De pé ficou a esperança de que a próxima possibilite um governo que satisfaça os legítimos interesses das classes trabalhadoras — sejam operários, pescadores, camponeses, pequenos ou médios comerciantes e industriais — e que os satisfaça tão bem como a que agora foi dissolvida e onde imperava a maioria 'AD' procurou satisfazer a gula capitalista e agrários.

O resultado conhecer-se-á em Abril. Até lá a possibilidade de meditar e recordar a prática dos oito governos constitucionais: desde o PS sozinho (que nessa altura já incluía secretários de Estado que mais tarde haveriam de integrar governos 'AD'), passando pelo PS/CDS (também naquela altura o PS não fazia alianças governamentais...) até ao descalabro do governo Mota Pinto e continuando por aí fora com os governos 'AD', que foram três.

Foram três. Mas mais valia que não tivesse sido nenhum — sem ou com Balsemão, com Cavaco e Silva ou João Salgueiro, Eurico de Melo ou Ângelo Correia, Carlos Macedo ou Luís Barbosa — pois só deixam más recordações.

Dissolvida a Assembleia da República apenas fica em funcionamento a Comissão Permanente, a que noutro local fazemos referência.

E agora falemos das últimas coisas que esta Assembleia fez e aprovou.

O CDS contra a nudez forte da verdade

Sexta-feira, dia 4, foi a última reunião plenária da AR. Sessão curta, fora convocada para se proceder à votação final global de um projecto de lei da autoria da ASDI, que determina o controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos.

Aprovado por unanimidade na generalidade, viria a ter o voto desfavorável do CDS na votação da especialidade no que se refere ao artigo que permite a qualquer cidadão ter acesso às declarações de rendimentos dos titulares dos cargos políticos.

Aliás este projecto não chegou a ser votado na sessão anterior — embora houvesse tempo regimental — porque o deputado do CDS, Américo de Sá, tudo fez para o adiar para o dia seguinte, na secreta esperança de que nessa altura não houvesse "quorum", o que arrastaria o projecto para a nova legislatura. Ou seja uma utilização prática do velho ditado que diz: "enquanto o pau vai e vem, folgam as costas". Mas foi folga de pouca duração pois no dia seguinte o projecto lei passava.

Na declaração de voto, Américo de Sá, fazendo eco do seu grupo parlamentar considerou vantajosa a transparência, mas entende que a "privacidade só pode ser cedida até certo ponto".

A ver vamos os "mantos diáfanos da fantasia" ou ainda mais com certos políticos irão cobrir a transparência, ou não fossemos um país de brandos costumes onde a nudez forte da verdade provocou sempre engulhos e contrariedades aos que perante ela eram confrontados.

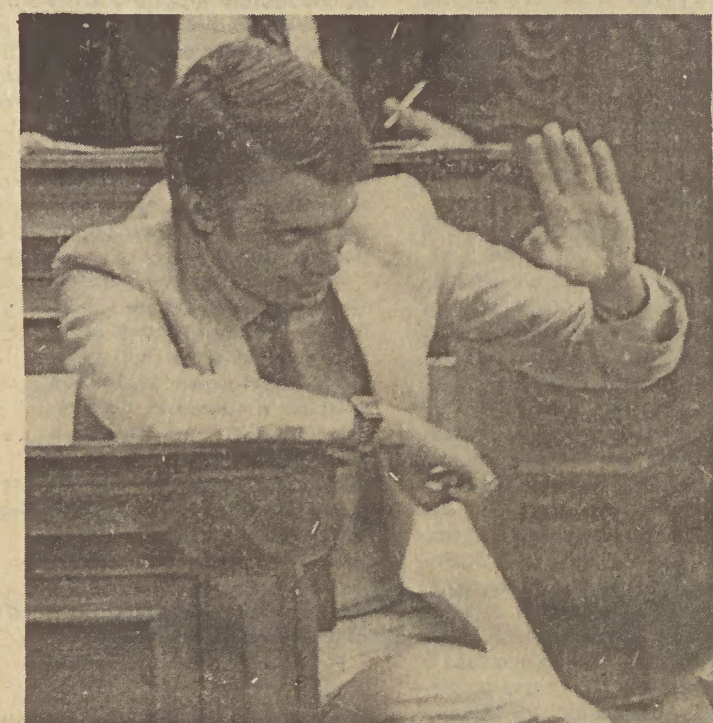
Camarate nada de novo

A lei agora aprovada estipula que as declarações dos rendimentos devem ser depositadas no Tribunal Constitucional. São considerados cargos políticos desde o Presidente da República até aos vogais das câmaras e os gestores das empresas públicas.

O acidente de Camarate foi o tema que ocupou a parte fi-

nal da sessão. Depois do programa televisivo recentemente transmitido (a montanha que pariu um rato, na opinião generalizada) o deputado Armando Lopes do PS fez um relato do trabalho desenvolvido pela Comissão de Inquérito nomeada pela AR para o acidente de Camarate.

Informou este deputado que os trabalhos estão ainda longe da sua conclusão pelo que ficou decidido prosseguir a actividade mesmo após a dissolução da AR.



— São só cinco minutos! — pediu o deputado Xerez, do CDS. Seguiu-se na votação um artigo do OGE que não era do agrado do presidente da CIP

Na sua intervenção manifestou ainda a estranheza pelo facto de terem sido facultados a terceiros (RTP e "Diário de Notícias") informações que estavam em segredo de justiça, o que deu origem a uma polémica com o inefável deputado social-democrata Silva Marques.

O Presidente da AR, Leonor do Ribeiro de Almeida, sanou o incidente quando disse que ia dar a palavra pela última vez ao deputado do PSD. E assim foi. Em jeito de despedida, Leonor do Ribeiro de Almeida dirigiu no final: "Penso que foi o último dia em que nos encontramos aqui todos".

E assim foi dissolvida sem glória uma Assembleia que até tinha uma maioria, mas que desde o início se revelava um saco de gatos (a maioria).

Apenas num dia aprovado o OGE

No dia 3, quinta-feira, foi o dia da maratona orçamental. Das medidas urgentes ninguém viu uma vírgula, sequer. Em contrapartida o Governo demitiu, mas ainda não exonerado, insistiu em apresentar o OGE — um mini OGE como lhe chamaram, mas que gasta muitos milhões nos impostos.

Resumindo, o Governo Balsemão/Feitas por razões eleitoralistas não apresentou o Orçamento Geral do Estado na devida altura — Outubro de 1982 (pudera, com eleições autárquicas à porta não convinha descontentar mais o eleitorado) e incapaz ou desinteressado em estabelecer as medidas urgentes lançou mão do texto que já elaborara, fez-lhe pequenas alterações que só os peritos mais atentos deram conta e vá de apresentar o que chamaram mini OGE mas que

consumia tantos impostos como um OGE tipo Rolls-Royce.

A Assembleia da República tinha dois dias para apreciar e votar na generalidade e na especialidade o referido documento que estabelecia as contas gerais do Estado. Mas a Assembleia foi diligente e num dia a questão do OGE estava arrumada.

É certo que este ambiente não se viveu em todas as bancadas. Nomeadamente na do CDS que durante a manhã e grande parte da tarde estiveram vazias. Segundo algumas indicações sopradas nos corredores, o CDS tinha intenção de votar contra o mini OGE. Intenção idêntica tinham também alguns deputados do PSD. Pelas bandas dos cinco deputados da causa monárquica ali presentes nada se sabia, apenas o seu receio de não voltarem ao hemiciclo, que deste modo

encete e conclua sem tardança o incidente que através desta proposta foi suscitado. É que, senhores deputados, de peripécia em peripécia, de dilatação em dilatação, de chantagem em chantagem, estamos chegados por força do comportamento governamental a uma situação em que a defesa das instituições democráticas exige imperativamente que este debate não seja em caso algum convertido, sob qualquer pretexto, num novo factor de atraso da urgente dissolução da Assembleia da República. Por isso e apenas por isso, o Grupo Parlamentar do PCP não impugnou a respectiva admissão".

Ou o OGE ou o caos

Salientando mais à frente que as medidas apresentadas, em vez do mini OGE, "deviam ser apenas as estritamente necessárias para uma gestão de curtos meses", o deputado Octávio Teixeira referiu a campanha alarmista que foi feita e a "irresponsabilidade de foi ao ponto de se afirmar que o este Orçamento era aprovado já ou seria a paralisação da Administração Pública, o descrédito internacional, a bancarrota, a vergonha, o caos!".

A campanha alarmista atingiu mesmo o paroxismo na imprensa afectada ao Governo 'AD' — fornecedores do Estado que não receberiam, remédios da Assistência que não seriam fornecidos, tudo isto e muito mais se fosse utilizado o regime dos duodécimos, "que é — como explicou Octávio Teixeira aos alarmados deputados da 'AD' — desde há anos e anos, em dezenas de países, um regime legal, normal, banal de gestão das finanças públicas".

Mas diria mais o deputado comunista, para que a maioria não transformasse o seu alarme em pânico:

"Deliberadamente, escamotearam que as verbas hoje disponíveis por força do OGE em vigor não só dariam para durante estes meses cobrir a realização normal das despesas que o próprio Governo inscreveu agora no seu OGE para 1983, como até as excederiam (permitindo, designadamente, o aumento dos salários dos trabalhadores da Função Pública, como o PCP propôs em projecto fundamentado depositado logo no início de Janeiro na Mesa da Assembleia da República)".

A dúvida de Almeida Santos

Justificando os seus dotes de oratória, Almeida Santos, do PS, também botou discurso. Obra fina e asseada no estilo, lida a primor na voz do tribuno, nem as citações apropriadas faltaram no exacto momento. Pena foi que o discurso não tivesse sido proferido por alguém da 'AD' (do PSD, para sermos mais precisos).

Defendendo que ao Governo demitido (e não exonerado) competia apresentar o Orçamento, Almeida Santos diria quase a terminar:

"A única dúvida legítima é a de saber se, apesar de tudo, a falta de um orçamento não seria pior!"

Tenho para mim que sim. Se com ele a nossa vida vai ser dura, sem ele seria um caos. Os funcionários sem aumento, os empreiteiros de obras públicas se pagam, o Estado sem empréstimos, o déficit sem contrapartidas."

No fundo a mesma defesa do OGE feita pela 'AD', mas com outra "verve", outro rasgo literário que isto de gente que

escreve bem e lê melhor é outra coisa.

E os deputados da então maioria votaram favoravelmente a proposta do Governo. E daí se passou à votação na especialidade, artigo por artigo, numa maratona que terminaria à 1 e 30 da madrugada de sexta-feira, com o deputado Américo de Sá, do CDS, a opor-se à votação final global do projecto de lei da ASDI que referimos no início.

Os aumentos que resultam deste OGE-mini foram amplamente publicitados, não vale a pena estar agora aqui a referi-los. O tabaco, a cerveja, o papel selado, imposto de selo, enfim, aumentos não faltam para todos os gostos.

Um favor falhado a Ferraz da Costa

E no momento em que os deputados da 'AD' se preparavam para fazer um favor ao presidente da CIP, Ferraz da Costa, eis que surge o imprevisto.

Mas contemos em pormenor, pois vale a pena. A votação na especialidade corria célere. Artigo a artigo a maioria ia dando a sua concordância. Eis senão quando surge o artigo 38.º.

Na bancada do CDS perpassa a dúvida. O deputado Xerez, daquela bancada, pede um intervalo de cinco minutos. Foi concedido. Telefonemas, conversas de corredor. Deslocações às bancadas do PPM e do PSD. E a sessão é reaberta para que se proceda à votação. Entretanto, em magotes, já a votação começara, chegam as bancadas dos deputados da maioria que cavacavavam no bar ou descansavam nas salas. Alguns correm mesmo pelas bancadas para ainda beneficiarem da contagem da última fila. Não lhes valeu o esforço: o artigo 38.º foi aprovado com 76 votos do PCP, PS, ASDI, UEDS, MDP e PPM contra 65 votos do CDS e PSD que o pretendiam rejeitar.

Porquê esta sanha da 'AD' em fazer saltar do OGE o art. 38.º? Pura e simplesmente porque estabelece um imposto extraordinário sobre lucros, ficando o Governo autorizado a criar um imposto extraordinário sobre as empresas que tiverem lucros em 1982 e cuja taxa não poderá exceder 5 por cento.

O CDS também votou contra o artigo 42.º que se refere à utilização dos sinais exteriores do nível de vida relativamente ao imposto complementar, secção A, no caso de se verificar desproporção notória entre o rendimento que serve de base ao imposto e o nível de vida do contribuinte.

São considerados sinais exteriores do nível de vida para este artigo moradias com piscina ou campo de jogos, viaturas automóveis de turismo de preço superior a 1500 contos, motocicletas de preço superior a 300 contos, barcos de recreio à vela ou a motor com tonelação de arqueação bruta superior a 5 toneladas e com mais de 50 HP de potência de propulsão, aviões ou avionetas de turismo de peso máximo autorizado à decolagem superior a 1000 quilos e cavalos de recreio ou de corrida.

E aqui acaba esta crónica do que foram os últimos dias da Assembleia da República antes de se concretizar a dissolução.

Agora, a funcionar em S. Bento, a Comissão Permanente que hoje vai apresentar o regime para funcionar esperando-se que as sessões sejam públicas e haja uma recolha total das sessões. Fica ainda a funcionar a Comissão de Inquérito sobre o acidente de Camarate e a Comissão que irá preparar a próxima reunião Interparlamentar, prevista para 6 de Março, na cidade do Porto.

PCP

Avante! 52 anos

Um jornal, para além do papel onde é impresso, do número de anos que percorreu, do lado da sociedade em que se coloca, dos interesses que defende, um jornal é o que nele se escreve, o que se diz, o como é dito. Através dos anos, raros são os jornais que mantêm a sua personalidade que é, no fundamental, feita da fidelidade aos ideais que proclamaram na primeira página do primeiro número.

Exemplo dessa fidelidade é o «Avante!».

Colocando-se, desde há cinquenta e dois anos, do lado dos interesses da classe operária e do Povo português, esses foram sempre os interesses que defendeu. Voz dos comunistas, do seu Partido, o «Avante!» nunca foi, entretanto, um boletim interno, uma folha sectária. A sua missão, que hoje continua foi sempre a de apontar os rumos da luta definidos pelo Partido. E, também, a de dar novas das lutas pela liberdade e pela democracia: De dar novas da resistência ou da audácia de andar em frente varrendo o velho e construindo o novo.

Desde o primeiro número em que publicava uma proclamação «Ao Proletariado de Portugal», que os mesmos ideais o movem e o conduzem. Ideais amadurecidos pela luta, pelas circunstâncias históricas que modelaram a voz e o tom da escrita, que determinaram palavras de ordem e editoriais.

Há cinquenta e dois anos, uma geração de comunistas decidiu a publicação do «Avante!». Olhavam para o futuro e o futuro foi-se cumprindo. Reler o «Avante!» ao longo destas décadas, é olhar profundamente a História da sociedade portuguesa através do seu mais importante agente — a classe operária.

As novas da luta contra a repressão fascista, da luta pela paz no mundo e da alegria da vitória sobre o nazismo; as novas da batalha pela reorganização do Partido e dos combates que conduziram a classe operária à vanguarda do movimento antifascista. As notícias da resistência à guerra colonial e da solidariedade activa prestada aos povos das antigas colónias e aos seus movimentos representativos, atravessaram as páginas de fino papel onde a palavra do PCP se foi imprimindo com o rigor da verdade.

Portugal, de Norte a Sul, teve no «Avante!» a clandestinidade o seu reflexo. Lutas de camponeses e de empregados, de intelectuais e, sobretudo, de operários, de mulheres e de jovens. Por pequenas e grandes reivindicações, todas elas enchendo a grande torrente democrática e revolucionária que viria a desembocar no 25 de Abril.

Iniciativas em Lisboa Almada e Funchal

Várias iniciativas assinalam a passagem do 52.º aniversário do «Avante!», órgão central do PCP, jornal dos trabalhadores, da democracia e do socialismo.

Amanhã às 21 horas, realiza-se no CT Vitória, na Av. da Liberdade, em Lisboa, um debate sobre o «Avante!», com a participação do director e do chefe de Redacção, respectivamente Dias Lourenço e Ruben de Carvalho. A mesma

hora, efectua-se uma sessão idêntica, no CT do Laranjeiro (Almada), com o camarada Fernando Correia, sub-chefe de Redacção do nosso jornal. Esta iniciativa é promovida pela Comissão Local do Partido e incluirá a apresentação do filme «Sinfonia».

Entretanto, num «pulo» até à Região Autónoma da Madeira, destaca-se a exposição sobre a vida do «Avan-

Tudo se modificou então. Menos o essencial.

Antes de Abril, um colectivo empenhado num esforçado e difícil trabalho clandestino escrevia o «Avante!», imprimia-o, distribuía-o. Todo o Partido, afinal, participava nessa tarefa. As condições extremamente duras em que esse trabalho foi realizado ao longo de anos não conseguiram quebrar o elo seguro e firme entre o jornal do Partido e as massas onde a realidade política e social se fabricava. Foi essa ligação fortemente tecida entre os trabalhadores e o seu Partido, entre a vida nas fábricas e nos campos e os princípios defendidos pelos comunistas, que tornou possível uma tarefa tão árdua e que deu à História tantos heróis, alguns dos quais deixaram o seu nome escrito com sangue nas nossas memórias. Dois nomes apenas para os lembrar a todos: José Moreira e Maria Machado.

Tudo se modificou depois de Abril. Menos o essencial.

O primeiro número legal do «Avante!» surge com um título que diz bem das modificações operadas poucas semanas após a alvorada libertadora: «Comunistas no Governo Provisório».

E o jornal dos comunistas, o órgão central do PCP, escrito agora à luz do dia, impresso à claridade da liberdade conquistada, tem dado, ao longo dos anos da democracia, as notícias e os comentários sobre uma realidade nova.

O aprofundamento da democracia através da criação de organizações populares de base, o controlo operário criado antes que a lei o reconhecesse, as nacionalizações que os trabalhadores exigiram e os revolucionários concretizaram, a Reforma Agrária — o sonho tornado realidade nos campos do latifúndio —, todas as conquistas de Abril tiveram a sua história escrita nas páginas do «Avante!». As conquistas e a sua institucionalização através de um processo político difícil mas grandioso.

Depois, os dias escuros da recuperação capitalista, a resistência desenvolvida pelos trabalhadores à destruição que a direita, auxiliada por partidos formalmente democráticos, tentou levar a cabo.

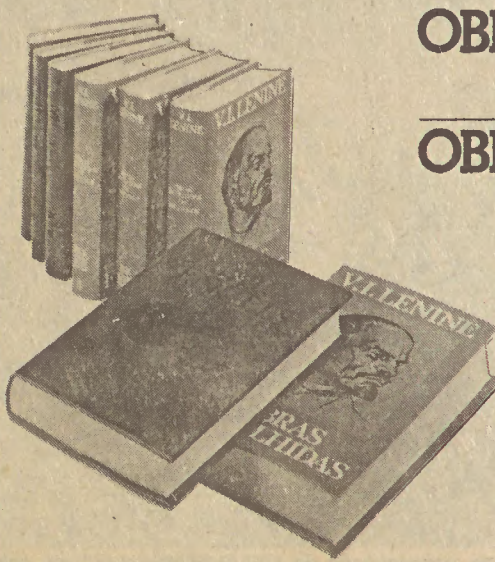
Vitórias e recuos. Baixos e altos de um processo que não findou ainda. Páginas e páginas de História recente e empolgante.

Tudo se modificou depois de Abril menos o essencial, que são os objectivos libertadores por que se bate o Partido Comunista Português.

A história do PCP é a história das lutas da classe operária e dos restantes trabalhadores pelo futuro livre da exploração. A história do «Avante!» também o é,

te!» que agora será inaugurada no Centro de Trabalho do PCP, na cidade do Funchal. No próximo sábado, os militantes comunistas vão instalar uma banca especial no mercado, para venda e divulgação do «Avante!».

As 17 horas, haverá uma sessão-debate sobre a vida do órgão central do PCP nos seus 52 anos de presença junto da luta dos trabalhadores.



OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS OBRAS ESCOLHIDAS DE LENINE

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico em 6 volumes.

Finalmente a tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine

edições Avante! e Editorial Progresso

POVO LUTA CULTURA

daqui partimos para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas Manuel Tiago Obra completas de SOEIRO PEREIRA GOMES

Comissão Permanente da AR o que é — para que serve

O texto revisto da Constituição da República Portuguesa prevê a existência de uma Comissão Permanente para aquele órgão de soberania, de acordo com o artigo 182.º da Lei Fundamental do País e que a seguir transcrevemos:

1. Fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia da República, durante o período em que ela se encontrar dissolvida, e nos restantes casos previstos na Constituição, funciona a Comissão Permanente da Assembleia da República.

2. A Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia da República e composta pelos Vice-Presidentes e por Deputados indicados por todos os partidos, de acordo com a respectiva representatividade na Assembleia.

3. Compete à Comissão Permanente:

- Acompanhar a actividade do Governo e da Administração;
- Exercer os poderes da Assembleia relativamente ao mandato dos deputados;
- Promover a convocação da Assembleia sempre que tal seja necessário;
- Preparar a abertura da sessão legislativa;
- Dar assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional;
- Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, a declarar a guerra e a fazer a paz;
- No caso da alínea f) do número anterior, a Comissão Permanente promoverá a convocação da Assembleia no prazo mais curto possível.

Terra

Trabalhadores advertem em Évora

Não consentiremos que destruam a Reforma Agrária no distrito!

«Esta é a razão que nos trouxe aqui — um aviso muito sério para a «AD» e o seu Governo e mesmo para futuros Governos: o aviso é que não estamos dispostos a permitir o prosseguimento e intensificação dos leilões de terras e da destruição da Reforma Agrária, que traz como únicos e visíveis resultados o aumento do cortejo de desempregados, a pioria das condições de vida de quem trabalha a terra, o aumento das terras abandonadas nas mãos dos agrários, a quebra da produção, o aumento das importações, o agravamento da crise da economia e do País».

Palavras de Lino de Carvalho, técnico do Secretariado das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, para uma enorme multidão concentrada na passada sexta-feira na praça central da cidade empunhando no negro e vermelho das bandeiras o drama e a força de uma luta que vem do fundo dos tempos. Em defesa da Reforma Agrária, sempre, desde Abril — mas particularmente agora, quando um Governo corrupto à nascença insiste, já demitido, na ofensiva contra o mundo do trabalho, como se até ao lavar dos céstos fosse gratificante a vindima que destrói. Quer dizer: naquela manhã de sol a Reforma Agrária desceria pela primeira vez à principal praça da cidade-capital com os seus tractores, reboques e alfaias a mostrar duas coisas — que há um trabalho poderoso a explicar a importância do Distrito e gente que, fazendo esse trabalho e materializando essa importância, deles não abdica. Deles não abre mão porque a vida é de quem constrói — porque a terra é de quem a trabalha.

A praça do Geraldo é o centro de Évora — diz quem sabe e lá vive. Nela conflui a cidade ou — sabe-se lá! — dela cresceu a cidade se atendermos ao nome do Geraldo Galdes, o «Sem Pavor», que na bruma da nacionalidade arrebataria o burgo à moirama para glória afonsina e perdão pessoal a actos menos heróicos (diz quem estuda as memórias deste País).

De qualquer modo a praça do Geraldo hoje. Centro comercial e entroncamento citadino de ruas e pessoas que, também se diz e vê-se, é coração eborense a que se não pode fugir. Pois lá mesmo e pela primeira vez desaguou a Reforma Agrária do distrito que, também pela primeira vez, levou a luta à cidade grande transportada nas alfaias da labuta, diária.

Espectáculo novo, portanto. E novo por duas ou três boas razões, a saber: é que toda aquela gente estava ali a mos-

do Geraldo, naquela bela manhã de sexta-feira? Cinco mil...? Cinquenta mil...? Quantos mil...?

Averiguar números, neste caso, é tão pueril como perguntar a uma família que nos visita se o agregado ainda tem mais gente. Foram de facto muitos milhares os que encheram a histórica praça eborense, mas mais importante que isso é saber — e ver «claramente visto» — que ali estava

res da Agricultura do Distrito de Évora foi à praça do Geraldo exigir o fim dos leilões de terras, o fim das entregas das reservas e da política de destruição da Reforma Agrária e manifestar mais uma vez a exigência de trabalhar e produzir em paz para o País.

Despoletando o protesto esteve a actuação nos últimos dias do Governo «AD»/Balsemão que, apesar de demitido e já anunciada pelo Presidente

O leilão

Cheios de imaginação, os titulares da "AD" no Ministério da Agricultura criaram um novo expediente para a reconstrução do latifúndio — o "leilão". A receita é simples: vai-se a uma UCP ou Cooperativa Agrícola, esmanteja-se o mais possível com "reservas" a atribuir à família do agrário, amigos, vizinhos e animais domésticos e deixa-se tudo a "assentar" durante uns tempos. Passados esses tempos tidos por convenientes, vai-se ao que ficou — e que os trabalhadores teimosamente continuaram a trabalhar — e... põe-se à venda, em leilão!

Escusado será dizer que os compradores que aparecem para "arrematar" continuam a ser da família do agrário, ou seus lacaios, amigos, etc, etc. E pronto já está! Alí fica um latifúndio pronto a servir desemprego, improdutividade e miséria!

Só para ilustrar refira-se

o exemplo recente da UCP das Carvalhas, em Estremoz: após ter sido esbulhada por reservas atribuídas ao agrário, Júlio Bandeira Bastos, foi mais tarde "a leilão" onde se apresentaram nem mais nem menos que dois filhos do agrário que vivem... em Madrid!

Tudo serve, a esta gente, na sanha de destruir a Reforma Agrária: "reservas" ilegais, "doações" a pequenos agricultores que mais tarde são corridos após enterrarem as suas economias, agora os "leilões". Entretanto acumulam-se os acordões dos tribunais que impõem a devolução das terras ilegalmente extorquidas às UCPs e Cooperativas Agrícolas, mas que o MAP não cumpre.

Cumpra, com urgência, correr com esta gentinha da área do Poder, a bem da própria economia nacional.

o distrito da Reforma Agrária com o seu imenso peso económico, social e político perfilado com novo vigor. E outro rigor.

Concretamente, a concentração de protestos da passada sexta-feira promovida pelo Secretariado das UCPs-Cooperativas do Distrito de Évora e pelo Sindicato dos Trabalhadores

da República a dissolução da Assembleia da República, prossegue a intensificação provocatória dos ataques à Reforma Agrária, nomeadamente com o anúncio de novos leilões e entregas de terras das UCPs e Cooperativas a "reservatários".

Quarenta UCPs-Cooperati-

vas no Distrito de Évora, totalizando mais de 40 000 ha e abrangendo mais de 2500 trabalhadores, estão actualmente ameaçadas com leilões de terras, entre as quais grandes cooperativas bem organizadas, com milhares de contos de investimentos e altos níveis de produção e rendimento. Entretanto aos leilões aparecem a concorrer filhos, familiares, funcionários e homens de mão dos agrários que já receberam reservas, e ainda gente tão estranha como negociantes e intermediários de gado, industriais de cortiça, etc.

Por isso se foi à praça do Geraldo, desta vez com alfaias e um aviso muito sério: se a ofensiva ilegal não pára, os trabalhadores da Reforma Agrária encetarão novos processos de luta, pois, como sublinharia Manuel Vicente, membro da Federação dos Sindicatos, «nós não aceitamos o desemprego, não aceitamos a fome no Alentejo — nós estamos dispostos à luta todos os dias, a todas as horas!»

As intervenções

Albino Reis, membro do Secretariado Distrital das UCPs-Cooperativas, faria a primeira intervenção onde recordaria que «há mais de seis anos, desde os Governos PS, que suportamos dia após dia os ataques, as destruições, as entregas de reservas e outras terras, os leilões, etc. Mais de 30 000 companheiros foram obrigados a ir para o desemprego, para a emigração, a afastar-se para longe de casa, em busca de trabalho, pão, segurança. Nos campos do Alentejo que tiramos ao abandono e pusemos a produzir volta hoje a crescer o mato, agora que mais de 600 000 ha foram entregues aos agrários. Entretanto nas nossas casas crescem as dificuldades, a fome, a incerteza do amanhã. Os verdadeiros pequenos agricultores batem-se cada vez com mais dificuldades; as dificuldades do nosso País, da



das às UCPs-Cooperativas pelo MAP.

Comunicação ao Presidente da República

Os promotores da manifestação em Évora enviarão três delegações — ao Comandante da Região Militar, ao arcebispo de Évora, D. Maurílio de Gouveia, e ao presidente da Câmara Municipal.

Este último, camarada Abílio Fernandes, prestaria uma breve declaração à nossa reportagem, que passamos a transcrever:

Recebi de facto uma delegação dos trabalhadores concentrados na Praça do Geraldo, que vinham dar conhecimento ao Presidente da Câmara do objectivo da concentração — um protesto generalizado contra a tentativa de destruição da Reforma Agrária, que gravemente se acentuou depois do Presidente da República ter anunciado a demissão do Parlamento; desde então verificou-se por parte deste Governo demitido a notificação da realização de mais quatro leilões ilegais de terras e ainda a notificação para a entrega de mais uma reserva.

O Presidente da Câmara entrou em contacto imediato com a Presidência da República para dar conta deste protesto justo e correcto dos trabalhadores afectados, que de uma forma organizada se concentraram na principal praça do centro histórico da cidade, sem ter havido qualquer incidente, como me foi testemunhado pelos próprios comissários da Polícia que estiveram presentes.

O assessor do Sr. Presidente da República que recebeu a comunicação do Presidente da Câmara de Évora comprometeu-se em levar o assunto do PR, manifestando preocupação por se estarem a gerar factos após a decisão do Sr. Presidente da República em dissolver o Parlamento.



«Não estamos dispostos a permitir o prosseguimento e intensificação dos leilões de terras e da destruição da Reforma Agrária» — um sentimento que dominou a jornada da última sexta-feira, em Évora

Agricultores de Salvaterra exigem escoamento dos seus produtos

Respondendo ao apelo da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Salvaterra de Magos, cerca de 400 agricultores acompanhados de mais de 150 máquinas agrícolas concentraram-se no último sábado, no Largo da Praça de Touros daquela vila ribatejana, com o objectivo de exigir a resolução urgente dos seus problemas e designadamente o escoamento dos produtos agrícolas.

Com esta iniciativa, os agricultores pretendiam chamar a atenção das entidades oficiais para a grave situação que resulta do facto de continuarem por escoar largas centenas de toneladas de laranja, isto enquanto a Junta Nacional das Frutas importa este produto de Espanha. A juntar a esta situação altamente lesiva dos interesses dos agricultores e da economia nacional, acresce ainda o não escoamento da batata e do vinho em virtude dos preços insignificantes que estão a ser oferecidos à produção.

No dia da concentração, numa clara manobra de intimidação e desmobilização, a GNR montou um forte aparato desde manhã cedo no centro e em todas as artérias de acesso à vila, com o argumento de que tinham ordens superiores para não permitirem a presen-

ça de máquinas agrícolas. Numa demonstração de grande firmeza e serenidade, não cedendo aos intuítos daquela corporação, os agricultores que continuamente chegavam continuaram a estacionar no local as suas máquinas, afirmando que tudo era legal e que o tempo do "dividir para reinar" já ia longe.

No decorrer da concentração usaram da palavra um

membro da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), um representante da Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém e um da Liga de Salvaterra de Magos. Nas suas intervenções, entre outras questões, os oradores levantaram o problema da adesão de Portugal à CEE tendo considerado que esta viria a agravar ainda mais a situação dos agricultores da região e particular-

mente os produtores de vinho e tomate. Também o preço exagerado dos adubos, dos pesticidas e a elevada taxa de juro aplicada aos créditos solicitados pelos homens do campo, foram largamente contestados.

No final, os agricultores presentes admitiram o recurso a outras formas de luta caso os organismos oficiais não satisfizessem as suas legítimas reivindicações.



Salvaterra de Magos: concentração de 400 agricultores em luta pela resolução urgente dos seus problemas, entre os quais se salienta o escoamento dos produtos agrícolas

Poder local

Câmaras do Porto

Afirmando que não existe «nenhum acordo de gestão, plataforma programática ou qualquer coisa semelhante entre a «AD» e a «APU» na Câmara do Porto», a Comissão Coordenadora da APU nesta cidade vem a público esclarecer a campanha desenvolvida pela Federação do Porto do Partido Socialista, campanha que esta Federação desenvolve em torno da referida Câmara Municipal.

No comunicado tornado público salienta-se ainda que também não existem esses tipos de acordo «em Gondomar ou na Maia, em que eleitos socialistas e eleitos da APU votaram conjuntamente a composição dos órgãos municipais».

Passando ao caso do aumento de tarifas eléctricas e ao contrário do que pretende fazer crer a Federação do PS, «na única reunião da actual Câmara do Porto, em que o problema das tarifas de electricidade foi abordado, a força política que, de forma clara e inequívoca, se pronunciou contra quaisquer aumentos foi a APU».

«O mesmo não fizeram os eleitos do PS» — esclarece o comunicado que acrescenta que a APU sempre tem lutado contra tais aumentos, o que não tem sido a «posição dos eleitos socialistas e da Federação do Porto do PS que têm defendido e proposto aqueles aumentos — como sucedeu em Gondomar, Matosinhos, Gaia e Vila do Conde».

Desde os vereadores socialistas do distrito que publicamente ameaçaram demitir-se se as tarifas da electricidade não fossem aumentadas até ao aumento das mesmas na Câmara de Matosinhos (maioria absoluta PS), com a agravante de neste município os serviços municipais terem sido integrados na EDP, ilegalmente, sem o acatamento de futuros aumentos, tudo isto o comunicado refere.

Abordando depois a pretendida campanha de que a APU viabilizou a gestão Valada, na Câmara do Porto, o comunicado recorda que nas eleições autárquicas a «AD» teve a maioria relativa e desde logo o PS recusou qualquer entendi-

mento com a APU assim como recusou qualquer responsabilidade na gestão camarária.

E a seguir: «A APU recusa paralisar a Câmara do Porto, por vários meses, apenas em obediência a uma tática partidária, estreita e miope, do PS. A APU considera seu dever indeclinável tudo fazer para que a Câmara do Porto (ou qualquer outra) trabalhe para resolver os graves problemas da cidade e dos portuenses, que duas gestões

(PS e «AD») deixaram visivelmente agravar».

O comunicado termina salientando que «esta campanha da Federação do Porto do PS visa, além do mais, desviar a atenção dos reais acordos de gestão feitos pelos eleitos socialistas com os eleitos da «AD» (PSD ou CDS) na generalidade das autarquias do distrito do Porto, incluindo freguesias desta cidade, visando marginalizar a APU e dando todo o campo à actuação da «AD».

Gabinete da APU na Câmara de Lisboa

Com a perda da maioria absoluta da «AD» na Câmara Municipal de Lisboa, a APU conquistou novas condições de intervenção e de trabalho.

Assim, a APU dispõe agora de um Gabinete nos Paços do Concelho (1.º andar), destinado a vereadores e membros da Assembleia Municipal. Este gabinete tem como principal

objectivo o atendimento e auscultação de colectividades, clubes e outras organizações de carácter popular como Comissões de Moradores e outras associações.

A marcação destes encontros com os eleitos municipais da APU poderá ser feita telefonicamente através dos números 364328 e 368626.

Sessão comemorativa da batalha de Stalinegrado. Presidiu Manuel Alpedrinha, dirigente da URAP, e entrevistaram Borges Coelho, o coronel Vicente da Silva, Laura Lopes e o adido militar da Embaixada da URSS, que salientaram o papel decisivo que teve a vitória histórica do exército soviético em Stalinegrado para a derrota final do nazi-fascismo no II Guerra Mundial e a libertação dos povos da Europa.

Todos os oradores apelaram à unidade de todos os antifascistas na luta pela paz e à amizade entre os povos.

Nacional

«Pela paz e o desarmamento»

Amanhã, às 21 e 30, realiza-se na Escola Superior de Belas Artes, no Porto, uma sessão pública «Pela Paz e o Desarmamento» que será um encontro com a delegação do Comité Soviético para a Defesa da Paz, de visita à cidade do Porto, que integra: Chalva Sanakiev, membro do Presidium do CSDP e primeiro vice-director da revista «Vida Internacional» e Iliá Kremer, membro do CSDP, professor da Universidade de Moscovo, doutor em Ciências Históricas e especialista em problemas europeus.

Carnaval dos Pioneiros

No Porto, os Pioneiros preparam o seu Carnaval para o próximo domingo, na Escola Soares dos Reis. É uma festa para os mais novos, que começa às 15 horas e inclui concursos de máscaras e dança, jogos e outras brincadeiras.

Em Lisboa, a festa que se anuncia é na Damalá, também no domingo às 15 horas. Realiza-se no salão da Junta de Freguesia, com filmes, surpresas e um concurso de máscaras com prémios para todos.

A vitória de Stalinegrado

Por iniciativa da URAP, da Associação de Amizade Portugal-URSS e do Conselho Português para a Paz e Cooperação realizou-se no sábado à noite na Sociedade Portuguesa de Autores uma

Juventude

Academia do Porto a direita a perder...

As eleições para os órgãos de gestão que se realizaram durante este ano na Academia do Porto modificaram radicalmente a situação e a correlação de forças existente — sublinha a Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto (DOESP) da Juventude Comunista Portuguesa — JCP, em nota recentemente divulgada aos órgãos de Comunicação Social.

Na sequência da análise aos resultados das eleições para a gestão já realizadas naquela Academia — Engenharia, Economia, Letras, Biomédicas, Medicina e ISEP — os universitários comunistas salientam:

Esta grande quebra eleitoral ficou a dever-se:

- A política antiestudantil e antijuvenil dos governos «AD» com a consequente diminuição da base de apoio social e eleitoral;
 - A inactividade que caracteriza os eleitos de direita nos órgãos de gestão;
 - A partidarização das listas de direita renegando os princípios do Movimento Associativo.
- «Por outro lado, — acrescentam os militantes da JCP — registaram-se importantes vitórias de listas com ampla unidade de estudantil que se traduzem:
- No ganho de 357 votos (10,4%);
 - Na vitória das eleições

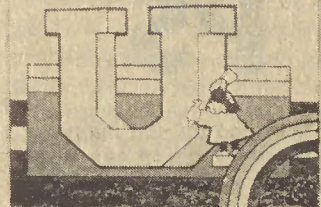
Listas partidarizadas da direita perdem as eleições na Faculdade de Letras (a maior Faculdade da Academia) e perdem também no ISEP. Descem 444 votos (13,1%) e perdem 10 mandatos em Assembleias de Representantes e 4 lugares em Conselhos Pedagógicos — um balanço que mostra como a direita está cada vez mais desacreditada na Universidade do Porto. Esta descida de 13,1% regista-se no conjunto das votações realizadas nos actos eleitorais para os órgãos de gestão em Engenharia, Economia, Letras, Biomédicas, Medicina e ISEP.

Esta alteração traduziu-se numa derrota das listas partidarizadas da direita que perdem as eleições na Faculdade de Letras (a maior Faculdade da Academia) e no ISEP, e descem 444 votos (13,1%) perdendo 10 mandatos em Assembleias de Representantes e 4 lugares em Conselhos Pedagógicos.

em Letras (vitória que foi confirmada nas recentes eleições para a DAE) e no ISEP;

● No ganho de 10 mandatos em Assembleias de Representantes e de 4 lugares em Conselhos Pedagógicos.

Motivaram estes avanços e estas vitórias:



● O trabalho desenvolvido pelos eleitos das listas unitárias nos órgãos a que pertenciam;

● A ampla unidade estudantil conseguida em torno das listas unitárias;

● A dinâmica das campanhas eleitorais unitárias e a consequente mobilização estudantil;

● A elaboração de programas sérios onde eram feitas propostas para a resolução dos problemas estudantis (nomeadamente a proposta da integração do ISEP no Politécnico).

Finalmente, «a DOESP da JCP considera que as alterações registadas na Academia do Porto se podem traduzir no revigoramento do movimento associativo, e no aumento da capacidade de intervenção e reivindicação do Movimento Associativo» e «reafirma o seu apoio à política de unidade que deve caracterizar o MA, ou seja, a unidade em torno de programas que defendam os interesses estudantis e não em torno de projecto partidários que são apoiados pela JSD e a JC, com consequente paralisação do Movimento Associativo».

PCP

Conclusões da reunião da DORP

Em foco: importantes questões de ordem política e social na região do Porto (as autarquias e as atitudes do PS, as lutas dos trabalhadores, etc) e a definição das orientações para a luta no presente, a par das medidas que se impõem com vista à próxima batalha eleitoral

Decorreu no passado dia 5, na capital do Norte, a primeira reunião plenária deste ano de 1983 da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP.

Durante os trabalhos da importante reunião procedeu-se à discussão aprofundada das questões de ordem política e social mais marcantes no plano regional e definiram-se as orientações correspondentes à luta política do momento. Foram devidamente considerados os problemas relativos às próximas eleições, à candidatura da Aliança Povo Unido e à campanha eleitoral.

Participou nesta reunião da DORP o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Das conclusões fundamentais retiradas após o debate realizado pelos membros da DORP, aqui fica uma síntese.

Autarquias

As últimas eleições autárquicas, que constituíram também no distrito do Porto, uma séria e estrondosa derrota para a AD e uma importante vitória para as forças democráticas, alteraram significativamente a situação nos órgãos de Poder Local e abriram possibilidades novas para a resolução de alguns dos graves problemas das populações.

A política do Partido Socialista de alianças com a direita e a tentativa da marginalização da APU não permitiu que importantes resultados alcançados revertem integralmente para a resolução dos problemas e para o progresso do distrito.

A APU, que viu reforçadas as suas posições, mantém firmemente a orientação que sempre norteou os seus eleitos — trabalhar sempre em benefi-

cio das populações, assumir por inteiro as suas responsabilidades, dinamizar e não paralisar órgãos do Poder Local, combater intransigentemente a corrupção, o compadrio e as medidas lesivas dos interesses das populações. A situação no município do Porto é particularmente significativa. Ao mesmo tempo que a APU luta e assume responsabilidade para resolver os inadiáveis problemas da cidade, o PS recusou e recusa qualquer acordo ou sequer diálogo com a APU, recusou assumir quaisquer papeis deixando-os para a AD, procura desestabilizar a Câmara e provocar novas eleições, torna possível ou provoca a eleição de uma mesa AD para a Assembleia Municipal, mantém-se numa posição ambígua e contrária aos interesses da população, como no importante problema das tarifas.

Autarcas do PS não contentes com os aumentos brutais das tarifas de electricidade que praticaram em aliança com a AD em diversos concelhos do Grande Porto ameaçam agora demitir-se dos órgãos autárquicos para que acabaram de ser eleitos, como forma de pressionar o aumento das tarifas na cidade do Porto.

A DORP do PCP reafirma à população do distrito que lutou e lutará por todos os meios ao seu alcance contra o aumento das tarifas da electricidade e pelo reconhecimento de uma tarifa especial para a região do Porto.

Os órgãos do Poder Local são uma importante conquista da Revolução de Abril e constituem pelo seu próprio funcionamento um factor de implantação e desenvolvimento do regime democrático.

A DORP do PCP insiste na necessidade de melhorar e intensificar o trabalho no interior das autarquias e de manter e reforçar a ligação permanente dos eleitos comunistas com as populações.

As lutas dos trabalhadores

Embora com natural abrandamento no final de 1982, prossegue intensificando-se no Distrito do Porto a luta dos trabalhadores e de outras camadas da população em torno de reivindicações concretas e imediatas. A luta pela contratação mobiliza importantes classes profissionais (metalúrgicos, gráficos, construção civil, panificação, função pública, enquanto os têxteis prosseguem a sua acção em defesa do CCTV do sector).

Na luta pelo pagamento de salários e do 13.º mês em atraso e contra os despedimentos convergem os trabalhadores de dezenas de empresas.

A grande luta dos trabalhadores da CIFA que estiveram 15 dias em greve e que realizaram diversas acções de protesto, luta que suscitou um largo sentimento de solidariedade, salda-se pela importante vitória parcial do recebimento de dois meses de salário.

O grande patronato e os seus representantes políticos falam em «consenso nacional», em «diálogo entre os parceiros sociais», mas, na prática, tudo

fazem para transferir os custos da crise para as costas dos trabalhadores.

Na CIFA, grande empresa química e têxtil desintervencionada em 1977 pelo governo Mário Soares e entregue ao grande capital, o grupo dos Mellos, depois de recusar pagar salários durante meses, procura agora condenar os trabalhadores ao salário mínimo nacional (para mais, pago pelo Estado através de um empréstimo sem juros), ao mesmo tempo que embolsam centenas de milhares de contos com a venda da produção da empresa.

A DORP do PCP exige o severo castigo dos responsáveis pela violência contra os trabalhadores em luta, de que resultou a morte de um trabalhador assassinado à bala por elementos da GNR. A DORP alerta contra as tentativas de lançar as culpas para cima dos trabalhadores, repetindo a farsa de inventar «iros de populares não identificados», «presença de agitadores estranhos à população» e outras balelas do arsenal pidesco.

Os trabalhadores e os democratas usam e usarão na sua luta todos os direitos constitucionais, incluindo o direito à greve e às manifestações.

A «AD» e o grande patronato são os únicos responsáveis pela violência assassina desencadeada pela GNR contra os trabalhadores da CIFA.

A DORP do PCP recorda os graves acontecimentos da madrugada sangrenta do 1.º de Maio de 82 e reafirma a exigência de exemplar punição dos assassinos morais e materiais dos dois trabalhadores, a que agora se junta o trabalhador assassinado em Valongo.

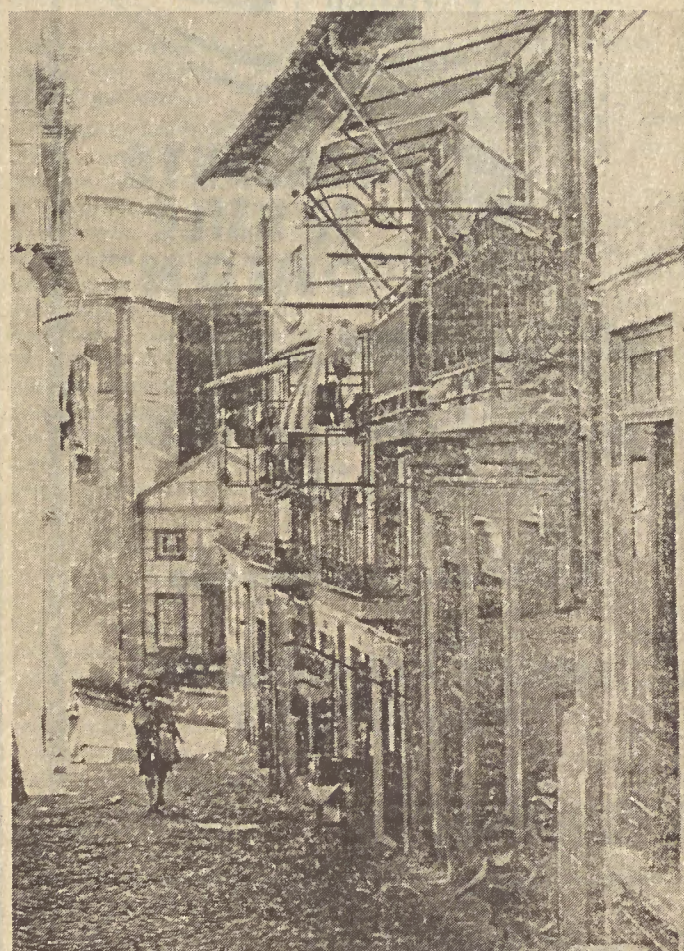
O movimento sindical unitário reforça-se e alcança novos sucessos. A vitória da lista unitária no Sindicato dos Bancários do Norte constitui um rude

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP, reunida no passado dia 5, na sua primeira sessão plenária deste ano, considerou um conjunto de orientações e medidas com vista à próxima batalha eleitoral:

- realização imediata de uma campanha de sensibilização e esclarecimento político;
- apresentação duma candidatura no quadro da APU, que se bata pela unidade democrática para a solução dos problemas nacionais, que dê voz à luta dos trabalhadores e do Povo do Distrito do Porto contra a política de direita e que se ligue à acção da APU no plano local;
- preparação duma campanha eleitoral de massas e lançamento duma grande campanha de fundos.

golpe no divisionismo sindical da UGT. Nos professores do Norte, com a reposição da democracia e representatividade sindicais através da reconstituição do sindicato da classe, o divisionismo perde influência e posições. A total identificação da UGT com as forças mais reacionárias e provocatórias (1.º de Maio, greves gerais, etc.) o seu papel de agente do patronato em numerosas lutas, conduziu a UGT ao isolamento das massas trabalhadoras, do qual pretendem sair agora a golpes de propaganda e de demagogia.

No Sindicato dos Escritórios do Porto, quatro anos depois das eleições que deram a vitória à lista unitária, prossegue a vergonhosa violação dos direitos sindicais dos trabalhadores e da legalidade democrática. Impedidos de tomar posse — pela manobra convergente da UGT e do governador civil da altura (Cal Brandão do PS) — os dirigentes eleitos pela classe encontram-se agora na situação de «expulsos» do sindicato pelo bando usurpador, e perante a anulação judicial das decisões de uma Assembleia



Ao mesmo tempo que a APU luta e assume responsabilidades para resolver os inadiáveis problemas da cidade, o PS recusou e recusa qualquer acordo ou diálogo com a APU. Recusou assumir quaisquer papeis, deixando-os para a AD. Procura desestabilizar a Câmara e provocar novas eleições. Torna possível ou provoca a eleição de uma mesa AD para a Assembleia Municipal. Mantém-se numa posição ambígua e contrária aos interesses da população, como sucedeu no importante problema das tarifas — refere a DORP do PCP

Geral, num processo para o qual nunca foram ouvidos e que foi integralmente forjado pelo bando usurpador agindo em nome do sindicato. Nestas circunstâncias, a «repetição das eleições» representa a continuação de uma farsa intolerável a que a classe certamente nunca dará cobertura.

A próxima realização do congresso da CGTP-IV em cuja preparação estão já entusiasticamente a participar milhares de trabalhadores do Distrito do Porto, certamente constitui um momento alto na afirmação na unidade dos trabalhadores portugueses para a defesa dos seus interesses de classe e

imprensa como o «JN» e o «Comércio do Porto» — suscita legitimamente as mais sérias reclamações e protestos de todos os democratas. A repetição nas próximas eleições do que aconteceu nas autarquias, em que a «AD» e o PS acordaram entre si a marginalização da APU nos grandes meios de Comunicação Social, é uma situação que não pode ser tolerada numa democracia que proclama a objectividade, a isenção, o direito à informação, entre as disposições constitucionais e legais que regem a Comunicação Social e que determina taxativamente a igualdade de tratamento que deve ser dado a todas as candidaturas, sem quaisquer discriminações.

A nomeação ilegal de Freitas Cruz para a direcção do «JN», contra o parecer deliberativo do Conselho de Redacção do jornal e contra o próprio Conselho de Informação para a Imprensa, não pode deixar de suscitar uma vez mais a sua condenação e o protesto da DORP.

A utilização do aparelho de Estado e dos seus recursos, postos abusiva e ilegalmente ao serviço da campanha eleitoral dos partidos da «AD» com o objectivo de travar o desaire eleitoral que temem, representa um grave perigo que pesa sobre o carácter democrático das próximas eleições. A DORP do PCP salienta, em particular, a gravidade que assume o facto de o sr. Rocha Pinto, figura bem conhecida pela sucessão de ilegalidades, desmandos e provocações fascistas que têm caracterizado o seu desempenho das funções de governador civil, continuar no exercício do cargo. O seu recente despacho sobre o 1.º de Maio de 1983, repetindo a provocação de 82, demonstra bem os perigos que podem decorrer da sua actuação.

Finalmente a DORP considerou um conjunto de orientações e medidas com vista à próxima batalha eleitoral: a realização imediata de uma campanha de sensibilização e esclarecimento político; a apresentação de uma candidatura, no quadro da APU, que se bata pela unidade democrática para a solução dos problemas nacionais, que prolongue e dê voz à luta dos trabalhadores e do povo do Distrito do Porto contra a política da direita e que se ligue à acção da APU no plano local; a preparação de uma campanha eleitoral de massas e o lançamento de uma grande campanha de fundos.

1983 — ano de reforço da Juventude Comunista no Algarve

A DORAL da JCP definiu o ano de 1983 como ano de reforço da Juventude Comunista no Algarve. No plano da organização, o reforço da JCP passa nomeadamente pelo aumento do número dos seus membros. 50 novos camaradas é o objectivo definido até fins de Abril.

A análise da actual situação política, a participação da juventude na próxima batalha eleitoral e a discussão de um plano de trabalho para o ano de 1983 — foram os principais pontos debatidos pela Direcção da Organização Regional do Algarve da Juventude Comunista Portuguesa, que para tal de reuniu no passado domingo, no CT do PCP na cidade de Faro.

Numa breve referência ao plano de trabalho, aqui fica a síntese do conjunto de projectos e tarefas a que se propõem os jovens comunistas algarvios.

Organização

- Aumentar o número de camaradas a reunir regularmente e a pagar quota;
- Criar 12 novos colectivos (1 de empresa, 4 locais, 5 de escolas secundárias e 2 de sectores sócio-profissionais);
- Entregar rapidamente os novos cartões de 1983;
- Criar 3 novas comissões concelhias e 3 novos organismos de direcção interconcelhos;
- Aumentar o número de membros da Direcção Regional;
- Realizar reuniões distritais por frentes de trabalho;
- Efectuar balanços de organização por trimestre;
- Reforçar a ligação ao Partido a nível das comissões concelhias e de algumas comissões específicas.

Iniciativas

- Melhorar a participação da JCP/Algarve na cidade da Juventude na Festa do «Avante!»;
- Melhorar a participação da JCP nas festas locais do Partido;
- Realizar vários debates abertos sobre os problemas da juventude;
- Realizar uma iniciativa denominada «Feira da Banda Desenhada» em diversas localidades;
- Realizar a 2.ª Festa da Juventude em Vila Real de Santo António;
- Dar grande atenção à preparação das datas históricas de 28 de Março, 25 de Abril e 1 de Maio;
- Promover uma iniciativa em moldes ainda a definir por ocasião do 62.º aniversário da morte de Karl Marx (14 de Março);
- Realizar um conjunto de iniciativas por ocasião do 62.º aniversário do 1.º centénário da morte de Karl Marx (14 de Março);

- Promover iniciativas diversas por ocasião do 4.º aniversário da JCP (10 de Novembro).

Propaganda

- Manter a publicação periódica do boletim regional «Juventude do Algarve»;
- Aumentar a intervenção da JCP, nomeadamente através de um maior número de tomadas de posição da JCP sobre os problemas da juventude no distrito;
- Planificar as acções de distribuição de propaganda por concelho, de modo a não permitir que a propaganda se acumule, perdendo o seu efeito;
- Recorrer à utilização de formas de propaganda votadas um pouco ao esquecimento (murais, jornais de parede, bancas, etc.);
- Dar uma maior atenção à imprensa regional.

Imprensa

- Proceder a uma grande campanha de divulgação do «Juventude»;



«Criar três novas Comissões Concelhias e três novos organismos de direcção interconcelhos» — uma das orientações de trabalho definidas pelos jovens comunistas do Algarve

- Fazer chegar regularmente o «Juventude» a todos os colectivos da JCP;
- Aumentar a venda do «Juventude»;

- Criar um correspondente do «Juventude» na região.

Fundos

- Promover durante todo o ano uma campanha de fundos com o objectivo de cobrir regionalmente o crescente das des-

- pesas da JCP e cujo valor nominal será de 500 contos;
- Incentivar o aumento do quantitativo individual das quotas;

Acção unitária

- Incentivar a reanimação, por todo o distrito, das comemorações unitárias do 28 de Março, dia nacional da juventude portuguesa;
- Incentivar a participação da juventude nas comemorações unitárias do 25 de Abril e do 1.º de Maio;
- Incentivar a participação da juventude no movimento sindical unitário, nomeadamente através do incentivo à criação de comissões de juventude nas empresas e nas localidades;
- Dar maior atenção às lutas reivindicativas próprias dos jovens trabalhadores pela resolução dos seus problemas específicos;
- Dar maior atenção à formação de listas unitárias concorrentes às direcções das Associações de Estudantes;
- Dar uma maior atenção ao trabalho nas colectividades.

500 contos!

Do plano de trabalho faz parte a realização, durante todo o ano de 1983, de uma campanha de fundos. 500 contos é o objectivo a alcançar.

«500 contos é muita massa, mas as despesas são cada vez maiores...» — dizia-nos o camarada da Direcção Regional, responsável pelos fundos. Para atingir este objectivo vai ser necessária e decisiva a ajuda de muitos camaradas. Muitas não ser também as iniciativas da campanha. Para quem não puder participar em nenhuma delas, pensando especialmente nos naturais do Algarve a residir noutros pontos do País, aqui fica uma sugestão: por que não enviar uma contribuição através da conta bancária criada para a campanha e que é a seguinte:

Banco FONSECAS & BURNAY, Balcão de Faro
Conta N.º 7208391 000-001/087
Juventude Comunista Portuguesa — Algarve

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

À VENDA

Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade

edições Avante!

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções

PCP

CARNIVAL 83

PAVILHÃO
DA
ROMEIRA

COM O

CONJUNTO
DE BAILE
"ORION"DIAS 12, 14 E 15 DE FEV. • às 21h.
DIA 13 • às 15 e 21h.

Alegria e diversão

em
UNIDADE e CAMARADAGEM
BONS PETISCOSPreços
PopularesORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE FUNDOS
DA ROMEIRA E DA COMISSÃO LOCAL DE
CHARNECA DA CAPARICA DO PCPComunistas
da EPNC

● Plenário no Vitória

Hoje, às 17 e 30, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um plenário de trabalhadores comunistas do "Diário de Notícias", "Capital" e Anuário (EPNC).

A reunião é promovida pelo organismo dos gráficos do PCP e contará com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Abrantes

Integrado na campanha de esclarecimento que decorre em todo o concelho, realizou-se há dias um plenário com militantes e simpatizantes do PCP em Abrantes.

A iniciativa decorreu nas instalações do Centro de Trabalho do PCP, com a participação de Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, que se referiu aos principais aspectos da situação política e social do País.

O plenário analisou ainda temas específicos da vida na região.

Reunião de quadros
e activistas em Faro

A fim de discutir o seu plano de actividades para o ano corrente bem como as tarefas que se colocam à organização do Partido perante a campanha eleitoral que se avizinha, a Comissão Concelhia de Faro do PCP leva a efeito no próximo dia 12, sábado, uma reunião de quadros e activistas nas instalações da Escola do Magistério Primário.

Por outro lado e tal como tinha sido anunciado, realizaram-se no Algarve no último fim-de-semana, várias reuniões gerais de militantes e sessões

de esclarecimento onde foram divulgadas e discutidas as conclusões da última reunião do Comité Central do PCP.

As reuniões que contaram com a presença de José Vitoriano, Margarida Tengarrinha, Horácio Rufino e Carlos Luis Figueira, membros do CC do PCP, decorreram num ambiente de entusiasmo e confiança e constituíram em muitos casos já o primeiro trabalho de arranque e sensibilização da organização tendo em vista a próxima campanha eleitoral.

Sessão no Calvário

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, participa na sessão de esclarecimento do PCP que hoje se realiza no Centro Social do Calvário (Alcântara), em Lisboa.

A sessão inicia-se às 21 e 30.

Camaradas falecidos

José Rodrigues

Com 90 anos, faleceu recentemente o nosso camarada José Pedro Rodrigues, pai do camarada Rafael Augusto Rodrigues, membro do Executivo da Comissão de Freguesia de Palmela do PCP.

Jaime Pereira

Membro da célula dos trabalhadores da INDEP, faleceu o militante comunista Jaime Pereira.

Herculano Fonseca

Com 38 anos, faleceu o camarada Herculano Adriano

Fonseca, de Bragança. Pertenceu à Comissão Concelhia de Bragança do PCP e foi até há poucos meses dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos daquele distrito. A grave doença que recentemente o afectou impediu-o de prosseguir a sua intensa actividade em várias tarefas e lutas, como, por exemplo, a fusão do referido sindicato com outras organizações sindicais de Trás-os-Montes.

As famílias dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!", expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Na Cova da Piedade

Octávio Pato explica o «bluff»
da maioria absoluta PS

Na sala da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), prestigiosa colectividade do concelho de Almada, realizou-se no último sábado, à noite, uma sessão de esclarecimento do PCP, na qual participou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão

Política do Comité Central.

Presentes cerca de 1200 pessoas, que seguiram com interesse a intervenção do dirigente comunista. Octávio Pato teve ainda oportunidade de responder a numerosas questões colocadas por elementos da assistência.

Na recolha de fundos

realizada na sessão os participantes contribuíram com 24 mil escudos.

"A AD é uma coligação que pertence ao passado", salientou Octávio Pato, que acrescentaria, a propósito: "os restos que ficaram a atestar a sua existência aguardam enterro definitivo para o dia das eleições".

Ao longo da sua intervenção expôs os temas centrais da actualidade política e apontou com objectividade as alternativas que as forças democráticas apontam para a sociedade portuguesa: "Uma alternativa política estável, democrática e patriótica terá que contar sempre com a participação do PCP e dos seus aliados da APU, terá que

contar sempre com a participação dos trabalhadores".

Comentando o "bluff" posto a circular pelo PS, segundo o qual esse partido teria a maioria absoluta nas eleições de Abril, Octávio Pato assinalou:

"O bluff da maioria absoluta faz parte duma manobra laboriosamente estuda-

da e definida pelo PS, com objectivos muito claros para quem aprendeu a ler direito nas linhas tortas do PS".

Depois de recordar que a votação máxima até agora alcançada pelo PS nas sucessivas eleições foi de 35 por cento (e mesmo assim quando "a própria direita apostava no PS contra o chamado perigo comunista"), o dirigente comunista salientou: "Seja qual for o partido mais votado nas próximas eleições, para governar, para obter maioria na AR, esse partido terá de se aliar a qualquer outro".

E referiu ainda: "Quando o PS fala em maioria absoluta (sabendo que não a vai ter) procura esconder os seus planos e não ter que falar em alianças antes das eleições para, mais tarde, depois das eleições, poder dizer: o povo português não nos deu a maioria absoluta, logo forçou-nos a alianças. E é óbvio que quando se fala de alianças do PS, fala-se em alianças do PS com a direita".

"Não é por acaso", concluiu Octávio Pato, "que a direita não desmascara esta cabala do PS: não o faz porque sabe que ela é a garantia de futuras alianças suas com o PS, porque sabe que no PS reside a sua última oportunidade de continuar no Poder".



Cova da Piedade: uma sala cheia, um debate vivo sobre a realidade política, uma intervenção de Octávio Pato, que salientaria a dado passo: «uma alternativa política estável, democrática e patriótica terá que contar sempre com a participação do PCP e dos seus aliados da APU, terá que contar sempre com a participação dos trabalhadores»

Dias 18 e 19

Plenário da DORAA
em Ponta Delgada

Com o objectivo de divulgar as conclusões da sua recente reunião, a Comissão Executiva da DORAA do PCP promoveu no Centro de Trabalho do PCP na cidade da Horta uma conferência de imprensa em que estiveram presentes os camaradas José Decq Mota, membro do Comité Central e responsável da DORAA; Mário Abrantes da Silva e Manuel Campos, do Secretariado e da Comissão Executiva; e Artur Afonso, membro do Executivo.

José Decq Mota leu uma declaração sobre as consequências, na região, da dissolução

da Assembleia da República e convocação de eleições gerais antecipadas, tendo afirmado, nomeadamente, "que as eleições gerais, para além de serem uma medida democrática e constitucional, necessária para a resolução da grave crise nacional provocada pela política da AD, poderão também contribuir para uma acentuada clarificação da situação política específica da região autónoma dos Açores".

Por seu turno, Manuel Campos enunciou algumas das situações que, no entender dos

comunistas dos Açores, caracterizam a actual situação regional, tendo dado especial relevo aos despedimentos que se vêm verificando na empresa Varela, de S. Miguel, e a situação de desmembramento em que se encontra a empresa conserveira da Terceira "Tercon".

Foi ainda anunciada a convocação para os dias 18 e 19 de Fevereiro do plenário da DORAA do PCP, que reunirá em Ponta Delgada, para debater a preparação da próxima campanha eleitoral.

Comissão de Ilha
de S. Miguel

Reuniu no passado sábado, dia 5, na sua sede em Ponta Delgada, a Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP, recentemente alargada na base de militantes que fizeram parte da comissão eleitoral que dirigiu a campanha da APU nas eleições de 12 de Dezembro passado e representando todos os concelhos de Ilha de S. Miguel.

Nessa reunião foi analisada a situação política nacional e

regional, bem como todas as propostas da Comissão Executiva da DORAA do PCP com vista ao desenvolvimento da pré-campanha e campanha eleitoral da APU. Os critérios e princípios que regularão a constituição da lista da APU pelo círculo eleitoral dos Açores às próximas eleições para a Assembleia da República em 25 de Abril foram também temas abordados.

A Comissão de Ilha de S.

Miguel do PCP, aceitando todas as posições da DORAA e do Comité Central do PCP, decidiu promover de imediato, ao nível das organizações concelhias e de freguesia do Partido, reuniões de militantes e simpatizantes com vista ao esclarecimento aprofundado do significado político da dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas, bem como do necessário reforço eleitoral da APU.



"As eleições gerais, para além de serem uma medida democrática e constitucional, necessária para a resolução da grave crise nacional provocada pela política da AD, poderão também contribuir para uma acentuada clarificação da situação política na Região Autónoma dos Açores"

Comissão Concelhia de Almada:

«As eleições
estão marcadas.
Vamos prepará-las
desde já!»

"As eleições estão marcadas. Vamos prepará-las desde já!" — o apelo é da Comissão Concelhia de Almada do PCP, que reuniu no passado dia 5 para uma análise pormenorizada dos problemas político-sociais que vêm afectando o Povo português e a população do concelho em particular. No plano da situação política nacional, os comunistas de Almada salientam:

"Também os resultados eleitorais alcançados pela Aliança Povo Unido nas eleições de 12 de Dezembro, nomeadamente no concelho de Almada, vieram confirmar a correcta orientação do PCP e a vontade do Povo na exigência da demissão do Governo, dissolução da Assembleia da República e realização de eleições antecipadas, factos que «abrem a perspectiva para uma mudança profunda na vida do Povo português».

Acrescenta a Comissão de Almada:

"Está ao nosso alcance um Governo democrático para uma política democrática", que «não pode existir sem os trabalhadores e muito menos contra os trabalhadores».

Sobre a situação no concelho, os militantes comunistas destacam a luta dos trabalhadores de várias empresas e sectores.

Assim, a reunião da CC realçou «o empenhamento dos seus militantes, da classe operá-

ria e dos trabalhadores em geral nas poderosas lutas desenvolvidas durante os últimos meses, que trouxeram às ruas de Almada e de Lisboa milhares e milhares de trabalhadores da CPP, da SRN, da Parry, do Arsenal do Alfeite e da Lisnave, entre outros.

"Também os trabalhadores da Função Pública e dos Têxteis, os Reformados, a Juventude e

de vida, foram os principais vectores seguidos pela luta dos trabalhadores».

Referindo-se às consequências da política AD, a Comissão de Almada salienta «que os efeitos da crise não se sentem apenas entre os trabalhadores». A crise faz-se sentir também noutros sectores, nomeadamente:



"Os trabalhadores do concelho de Almada nunca perderam a perspectiva de inserirem a sua luta na luta mais geral do nosso Povo, pela defesa do regime democrático"

as Mulheres tiveram acções de realce na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

"Os trabalhadores do Concelho de Almada nunca perderam a perspectiva de inserirem a sua luta na luta mais geral do nosso povo pela defesa do regime democrático.

"A defesa das liberdades, dos direitos e garantias dos trabalhadores, a defesa das empresas, dos postos de trabalho e dos salários a tempo e horas, a contratação colectiva e a actualização dos salários, a fim de fazer face ao brutal aumento do custo

• Pequenos e médios comerciantes e industriais — ultimamente afectados pela política da "AD" no que respeita aos aumentos exorbitantes das rendas comerciais, pela diminuição das vendas, causada pelo cada vez mais baixo poder de compra das populações;

• Rendeiros, pelo aumento dos adubos, fertilizantes e pesticidas;

• Pescadores da Fonte da Telha, Costa e Trafaria, pelas condições de vida e trabalho, bem como pela ingerência na sua zona específica de pesca.

revista
internacional

problemas
da paz
e do
socialismo

um mundo
de informação

revista dos partidos comunistas e operários

A
VENDA

Trabalhadores



IV Congresso da Inter preparado em todo o País

O volume e a importância dos documentos em discussão para o IV Congresso da CGTP-IN, que se realiza em Lisboa entre 11 e 13 de Março próximo tem obrigado a grande movimentação sindical em vários pontos do País, mobilizando delegados, dirigentes e activistas sindicais que, juntamente com milhares de trabalhadores, têm debatido os programas de acção (geral e para três anos) e os novos estatutos da Confederação. Houve reuniões recentes e a vários níveis em Lisboa, Braga, Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Santarém e Évora. Em outras reuniões não convocadas expressamente para a discussão dos anteprojectos tem-se verificado um apoio geral dos trabalhadores, sectorialmente e por empresa, à mais ampla discussão e enriquecimento daqueles documentos da Central unitária dos trabalhadores portugueses.

Notório a nível de sectores é o caso da **Função Pública** onde há um calendário de reuniões particularmente sobrecarregado. O mesmo sucede com os **professores, metalúrgicos, comércio e serviços, hotelaria e turismo, indústria química, alimentação e bebidas, construção civil**.

A dinamização prossegue a nível distrital. Têm sido distribuídas proclamações, analisada a situação política e discutidos os documentos para o IV Congresso, cujo regulamento foi como se sabe aprovado em plenário nacional de sindicatos no dia 20 de Novembro de 1982 em Lisboa com a presença de 130 associações sindicais, doze delas não filiadas na CGTP-IN.

Como também já foi divulgado, o IV Congresso propõe aos Sindicatos, filiados ou não, alterações de vulto nos estatutos e no próprio regulamento do Congresso e nos órgãos dirigentes da Central.

Na semana anterior tratámos já com algum desenvolvimento de matérias de interesse para aquela realização do Movimento Sindical Unitário e para todos os trabalhadores.

Noutra oportunidade voltaremos a divulgar aspectos dos documentos em discussão e aos quais os trabalhadores têm dado particular realce.

Recorda-se entretanto que a participação dos delegados se faz mediante inscrição que termina, segundo o regulamento aprovado em 20 de Novembro, 8 dias antes da data do início do IV Congresso.

É de notar também que, findo o referido prazo de 8 dias e, "em casos excepcionais devidamente justificados, poderão ser aceites, provisoriamente, pelo secretariado nacional, inscrições, devendo no entanto estas ser ratificadas pelo Congresso no seu início".

Quanto às propostas de alteração dos anteprojectos, relativamente a toda a documentação em debate, elas devem ser entregues até quinze dias antes de 11 de Março, primeiro dia dos trabalhos que acabam três dias depois com a eleição do conselho nacional. O prazo para a entrega das propostas termina, assim, em 25 do corrente.

Ainda quanto às propostas de alteração, designadamente aquelas que não tenham sido aprovadas em reuniões ou assembleias, o regulamento do IV Congresso refere que "deverão ser enviadas pelos trabalhadores aos respectivos sindicatos que, por sua vez, as enviarão ao Secretariado Nacional" (da CGTP-IN) dentro do prazo já aqui referido.

"As propostas de alteração

apresentadas — lê-se ainda no regulamento — deverão ser objecto de prévia apreciação entre os proponentes e as respectivas direcções sindicais, com vista a tentar-se sintetizar e ordenar as posições existentes".

Três pontos do artigo décimo do regulamento devem ainda merecer a atenção de quem discute os documentos na sua forma de anteprojectos. Nos números três, quatro e cinco daquele artigo refere-se que: "O Secretariado Nacional analisará todas as propostas recebidas com base nas quais elaborará uma proposta-síntese a submeter à apreciação do Congresso e enviá-la-á a todas as associações sindicais participantes até oito dias antes do início do Congresso;

"No caso de as associações sindicais considerarem que as suas propostas não foram contempladas pelo Secretariado Nacional e pretenderem discutir-las no Congresso, deverão declará-lo expressamente e por escrito ao Secretariado Nacional (da CGTP-IN) com a antecedência mínima de três dias sobre a data do início do Congresso. Para o efeito, a declaração terá de ser acompanhada de 1500 exemplares das respectivas propostas que se destinam a ser distribuídas aos participantes no Congresso;

"As propostas de alteração referidas no número anterior (o quatro do artigo décimo do regulamento) só poderão ser discutidas pelo Congresso desde que subscritas, pelo menos, por representantes de cinco sindicatos ou de sindicatos representativos de, pelo menos, cinco por cento dos trabalhadores sindicalizados nos sindicatos inscritos no Congresso".

O artigo décimo-primeiro do regulamento, referente também à apresentação de propostas de alteração aos documentos em apreço, diz que "poderão ainda ser apresentadas no Congresso propostas de alteração, desde que subscritas pelo Secretariado Nacional ou por, pelo menos, 75 delegados inscritos no Congresso".

No âmbito da dinamização regional, por empresa e por sector, muitas iniciativas estão a decorrer, designadamente relacionadas com a divulgação do Congresso, encontros distritais como recentemente em Lisboa, plenários de delegados sindicais, decorações nos edifícios dos sindicatos, distribuição de cartazes e outro material de propaganda, eleição de delegados, campanhas de assinatura da revista "Alavanca" e outras iniciativas ligadas aos tempos livres, cultura e desporto, no quadro geral das realizações sindicais.

O nome dos bois

A toda a hora se ouve a palavra crise. Já ninguém fala de «crises». A má consciência da direita e da sua propaganda manda generalizar. Os grandes responsáveis pelo estado de coisas actual devem pensar, até, que assim se tranquilizam a si próprios e não alarmam os outros. Para eles particularizar é chato. Mas a crise tem cara e tem nome. Ainda que eles não queiram a crise chama-se política da «AD» e não «governo de gestão», chama-se, por exemplo, deitar fora o direito constitucional à livre negociação das convenções colectivas de trabalho e não «taxa de variação máxima dos encargos com pessoal»; uma das expressões pela qual esse direito é subtraído no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 43/83, de 29 de Janeiro, que pretende fixar em 17 por cento o tecto salarial para o ano corrente.

As «portas travessas» não foram descobertas por este Governo demitido. Por isso o melhor é chamar aos bois pelo nome e actuar de acordo, como fazem aliás trabalhadores e sindicatos, quer se trate da Função Pública, quer dos professores, metalúrgicos, de sectores como a Marinha Mercante, a indústria naval, a banca, seguros, construção civil.

Que a imposição de limites e alcaualos do género do Decreto acima referido são ilegítimas à luz da Constituição parece indiscutível. Que a declaração de inconstitucionalidade já foi requerida também é um facto. Mas é também bom não esquecer que a prática dos 17 por cento, e muito menos do que essa percentagem, é corrente como base de boicote às negociações por parte do patronato e dos seus representantes. É o que se vê no caso da CP e na generalidade dos transportes em greve. Foi o que sucedeu com o decreto assinado pelo Governo para os aumentos na Função Pública. É o que se vai generalizando como limite patronal em dezenas de negociações em que os trabalhadores e os sindicatos se vêem coagidos a recorrer às paralisações de trabalho, à greve e a outras formas de luta para conseguirem até que as suas propostas sejam aceites pela outra parte, apenas para iniciar as revisões salariais.

Essa é uma das razões por que não vale a pena trocar o nome aos bois ou entrar por portas travessas nos mesmos bolsos dos mesmos trabalhadores e chamar seraficamente «combate e controlo da inflação» ao tecto salarial, enquanto nem por sombras a «AD», ou alguém por ela, se lembra que os preços também são controláveis e também os seus aumentos desenfreados sempre contribuem para o aumento da inflação.

Essa é uma das razões por que não vale a pena trocar o nome aos bois ou entrar por portas travessas nos mesmos bolsos dos mesmos trabalhadores e chamar seraficamente «combate e controlo da inflação» ao tecto salarial, enquanto nem por sombras a «AD», ou alguém por ela, se lembra que os preços também são controláveis e também os seus aumentos desenfreados sempre contribuem para o aumento da inflação.

Ou não será assim?

Certamente que os trabalhadores e as suas organizações representativas, seja a que nível for, não estão contra o controlo da inflação. Mas não se controla, e muito menos se combate seja o que for neste campo, só à custa da força de trabalho e, ilegítimamente, sem ouvir nos locais próprios e não contando com as classes trabalhadoras a não ser para pagar, recebendo entretanto estas cada vez menos, para pagarem cada vez mais, sujeitas a atrasos incontáveis no pagamento dos salários cada vez mais curtos e incertos como por aí se vê. E isso quando recebem, porque não têm conta os casos de oitão e mais meses de remunerações por pagar, incluindo em alguns casos os subsídios de férias e de Natal do ano de 82.

O discurso político da «AD», ou do que resta dela coligação, foi sempre e naturalmente à imagem da sua política. Mas houve uma altura em que para falar de desnacionalizações, do tecto salarial, da redução dos postos de trabalho, da entrega dos grandes lucros ao capital privado esse discurso não precisava, como agora parece exigir da parte da direita a utilização de expressões que pretendem fazer da crise um alibi permanente, como se tentassem, sem outra saída, fazer passar por inatacáveis ou in-

substituíveis algumas medidas que só um governo ilegítimo se atreveria a tomar.

E quem controla, não esse «discurso» que não vale a pena, mas o que ele esconde? Que se pretende com a redacção do artigo 6.º, números 1 e 2, do Decreto-Lei 43/83, já aqui referido? Se o direito à livre negociação continua em vigor, como expressamente é citado no preâmbulo do mesmo Decreto, como se pode ao mesmo tempo impor que:

No caso das empresas públicas em situação económica difícil, com situação líquida negativa ou com défices de exploração efectivos ou



«... Mas é também bom não esquecer que a prática dos 17 por cento, e muito menos do que essa percentagem, é corrente como base de boicote às negociações por parte do patronato e dos seus representantes. É o que se vê no caso da CP e na generalidade dos transportes em greve. Foi o que sucedeu com o decreto assinado pelo Governo para os aumentos da Função Pública...»

previsionais ou no caso de crises, poderá o Conselho de Ministros fixar, por resolução, a taxa de variação máxima dos encargos com pessoal em limite inferior à percentagem de 17 por cento referida no artigo 2.º. E que «são inexistentes e de nenhum efeito as cláusulas de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho que viem a dispor em termos de violação da taxa de variação máxima a que se refere o número anterior.» (?)

A verdade é que está nestes termos «visto e aprovado, promulgado e referendado» o artigo 6.º do tecto salarial. Não vale a pena perguntar quais são as empresas públicas em situação económica difícil, medida que tem servido para tudo porque tudo está em crise para este Governo e não se sabe por quanto tempo continuará. Em crise estão sectores industriais inteiros, em situação económica difícil estava ainda há pouco tempo e certamente ainda estará, pelo menos no papel, a RN, cremos que a CP, a Setenave (nem se fala), os cimentos (não estarão?) Aumentaram agora os preços e de que maneira!, a Equimetal, grande parte da metalomecânica pesada, a Quimigal. E que mais?

Tudo o que este Governo e esta política têm descapitalizado, inviabilizado, devolvido ao grande capital em condições indescritíveis vai cair sob a alçada de «resoluções» sobre salários e outras remunerações ainda abaixo dos 17 por cento...

Não quer este Governo, ou coisa parecida, que a tal se dê resposta adequada? Não quer que os trabalhadores exerçam os seus direitos? Que é que Pinto Balsemão vai «referendar» a seguir? Legislação contra a greve, que a CIP já por várias vezes exigiu? Facilitar ainda mais os despedimentos? Generalizar por completo o contrato a prazo? Encerrar actividades rendosas donde são desviados os lucros para facilitar a vida ao capital privado? Apostar tudo nos Mellos e na finança internacional? Permitir, ou ordenar, que a GNR passe a «controlar» as acções e as lutas dos trabalhadores para melhor ser «controlada» e combatida a inflação?

As coisas deviam ser claras. A própria «AD» teve necessidade de, em certos casos, explicar bem o que ia fazer pela sua clientela de recuperadores de privilégios e gente assim. Não se coibiu, quando a ocasião se prestou, de devolver o que quis aos grandes agrários, de deixar que se acumulassem, como aliás continua a suceder, as dívidas do Estado às empresas públicas que depois declaravam em «situação económica difícil». Prolongou sempre que pôde as negociações e mais diligências necessárias à revisão das tabelas salariais e restantes cláusulas da contratação colectiva. Enfim, não fez mais porque não pôde. Não chegou até onde prometera

guma experiência... Mas já não vai a tempo.

É impossível cumpri-lo

Além do mais é impossível cumprir legalmente o Decreto dos 17 por cento ou menos. Quem sabe do assunto ou o estudou não vê sequer como é que sem Assembleia da República, imprescindível nestes casos, se vão arranjar, por exemplo, os instrumentos necessários à simples cobrança de qualquer contribuição extraordinária para a Segurança Social, como o Decreto prevê.

A CGTP-IN, por seu turno, já em 20 de Janeiro deste ano alertava contra «o propósito do Governo AD já demitido impor um tecto salarial de 17 por cento, exigindo publicamente na mesma altura a sua não promulgação por evidente, grave e múltiplo inconstitucionalidade».

Depois de publicado o Decreto 48/83 a CGTP-IN voltou a público protestando energicamente contra o facto de ter sido colocado nas mãos do Governo demitido «um novo instrumento para a agudização dos conflitos laborais, que já está a ter reflexos (o comunicado da Central é de 1 de Fevereiro) no comportamento das entidades patronais ao apresentarem contrapropostas salariais com aumentos da ordem dos 10 por cento, 14 e 15 por cento, como nos casos da Siderurgia, Carris e CP». E con-

riais negociados colectivamente que excedam a taxa dos 17 por cento».

A inconstitucionalidade é flagrante, mas por esse lado e segundo parece nenhum óbice se apresentou até agora capaz de «arrumar» com o diploma. O fenómeno talvez se compreenda facilmente, seirmos com alguma atenção os antecedentes e que, sem enumerações exaustivas, apontam para os mesmos 17 por cento pela boca dos ministros «AD» mais chegados ao assunto e para declarações do primeiro ministro muito anteriores à sua demissão.

A CGTP-IN já declarou «so lenemente que não reconhece o tecto salarial», designem esse tecto pelo nome que entenderem. E já declarou também que «lutará energicamente contra qualquer tentativa» para o aplicar.

Esta posição é clara e nela se tem insistido frequentemente.

«Em todas as negociações em curso e em quaisquer outras que venham a iniciar-se — reafirma a CGTP-IN — os trabalhadores e os seus sindicatos representativos prosseguirão a luta por aumentos salariais justos que reponham o poder de compra, não reconhecendo o limite dos 17 por cento e denunciando as atitudes do patronato que eventualmente pretenda invocá-lo como fundamento de recusa a negociar aumentos salariais superiores».

A Central sublinha que, «tal como em 1977 e 1978 (Decreto-Leis 49-A/77 e 121/78) e nos anos posteriores, com os governos AD, a CGTP-IN e os trabalhadores mais uma vez acabarão por derrotar através da sua luta esta nova tentativa de aumentar ainda mais a sua exploração».

Ouvida posteriormente e já depois da recente reunião da comissão executiva, a CGTP-IN manteve firmemente a sua recusa de tecto salarial dos 17 por cento e das ameaças de reduzir ainda mais essa percentagem que não tem qualquer correspondência com o aumento do custo de vida, nem com o aumento da taxa inflacionária que se prevê para o ano corrente.

A Central, embora tenha saudado a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas como «uma grande vitória da democracia e de todos aqueles que se batem pela liberdade e o progresso do nosso povo», reafirmou as «naturais preocupações» que suscita «a manutenção do actual Governo que, embora reduzido a funções de gestão, já

mostrou não estar disposto a aceitar, com todas as suas consequências, essa figura constitucional», ou seja a obrigatoriedade de actuar como governo de gestão.

Segundo a CGTP-IN «é disso exemplo recente o facto de o Governo Balsemão ter substituído o conjunto de medidas necessárias e urgentes a apresentar à Assembleia da República por uma cópia quase integral do OGE (Orçamento Geral do Estado) que impõe aos portugueses novos sacrifícios e aumentos de preços».

É o caso, por exemplo, de numerosos medicamentos que passaram a «venda livre». Protestando contra o que consideramos uma das «medidas inconstitucionais» desse Governo, que só é de gestão no nome, a Central sindical recorda que «centenas de medicamentos poderão em breve ser comprados nas farmácias em regime de venda livre, sem receita médica, não sujeitos ao sistema de preços máximos obrigatórios, não comparticipados pelos serviços médico-sociais e sem número limitado de similares».

Função Pública: aumentos e negociações

Os limites impostos aos salários e remunerações, como subsídios, pensões e outras cláusulas de efeitos pecuniários nas convenções colectivas de trabalho tiveram já aplicação directa no que respeita à contratação colectiva dos trabalhadores da Função Pública. A média dos aumentos, segundo o decreto governamental, não ultrapassou os 17 por cento, o subsídio de refeição passou de 60 para 90 escudos e as ajudas de custo serão revistas mediante um despacho do Ministério da Reforma Administrativa, que intervém directamente nas negociações. A comissão negociadora sindical da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, ao mesmo tempo que exigia a aplicação dos aumentos agora decretados desde Janeiro do ano corrente, reivindicou o prosseguimento das negociações da PRC/83 inicialmente apresentada àquele Ministério. A proposta reivindicativa comum deve ser revidada e os retroactivos devem ser pagos juntamente com os novos salários, já este mês. Para o efeito a CNS encontrou-se na segunda-feira, dia 7, com Menêres Pimentel, ministro da Reforma Administrativa.

No dia seguinte continuava, no entanto, convocada a manifestação de protesto dos trabalhadores da Função Pública, marcada pelos Sindicatos para hoje, dia 10.

Greves nos transportes Quem diz sim e quem diz não Os responsáveis quem são?

Até às 17 horas de 7 do corrente, além de outras diligências próprias de um dia de greve, o secretariado da Federação sindical dos Transportes esperou por um telefonema da respectiva Secretaria de Estado donde poderia resultar uma reunião que desse as garantias suficientes para desconvocar a paralisação conjunta de 24 horas (CP, Metro e Carris) marcada para o dia seguinte. Esse telefonema não chegou, nem até aquela hora houve qualquer reunião susceptível de desconvocar as greves, ou parte delas. A FESTRU não foi convocada, nem que se saiba qualquer outra organização sindical que pudesse suspender as formas de luta adoptadas para terça-feira. «Cabe ao sr. secretário de Estado e às empresas dizer se amanhã há ou não transportes na cidade», sublinhava a Federação (FESTRU) num telex de 7 do corrente.

Quem quiser exigir responsabilidades não pode ignorar as repetidas tentativas de diálogo e negociação feitas pelas organizações sindicais representativas dos trabalhadores do Metro, Carris e CP. No próprio dia 7 entre as 12 e 15 e as 13 e 30 a Federação mantinha novas conversações com o secretário de Estado dos Transportes. Foi durante essa reunião que «os dirigentes sindicais puseram muito claramente as condições que se deveriam reunir para um eventual levantamento da greve».

A comissão executiva da FESTRU, que certamente não apresentava essas condições pela primeira vez — nem ela nem as restantes

organizações sindicais negociadoras — reduziu essas condições ao mínimo com a séria intenção de evitar as greves, pois, assim como os restantes intervenientes nelas, conhece bem os prejuízos e os incómodos que causam as formas de luta como as que adoptou no sector.

Vale a pena por isso citar o que a FESTRU propôs ao secretário de Estado.

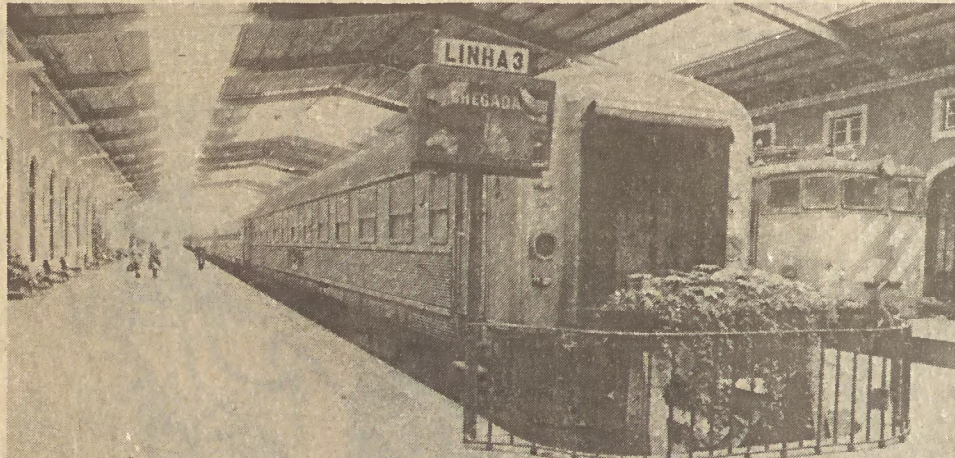
Para a Carris: — que seja apresentada uma contraproposta superior a 14%, permitindo iniciar as negociações; — fixação prévia da vigência de 12 meses (vigência

verei corrente, bem como a vigência de 12 meses; — acordo e pagamento do prémio de fecho de contrato relativo a 1982; — abertura do refeitório à noite.

Se os que negociam da parte dos administradores não estão em condições de garantir este mínimo de condições é porque a greve parece convir-lhes. Por uma razão ou por outra e sabendo que naturalmente as paralisações no sector são formas de luta impopulares, o que resta do Governo, as gerências e tudo o que pode decidir contra a negociação sobre contratação

está por parte do Governo, a luta pode agravar-se e atingir outras empresas.

Os trabalhadores não estão dispostos — e mostram-nos suficientemente com a adesão em massa às greves de 7 e 8 do corrente — a deixar-se «seduzir» pelos limites salariais que entendem impor-lhes sem contrapartida, que justifique em termos gerais qualquer sacrifício da sua parte. Pelo contrário, a luta do ano passado demonstrou plenamente que a «AD» não se deixa «seduzir» por argumentos honestos, nem tão-pouco pelos próprios dados estatísticos,



Estação de S. Apolónia: um espelho do que também sucedeu na Carris e no Metro — greve total

legal, note-se) para a nova tabela de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1983;

— reabertura do processo de negociações do enquadramento profissional.

Para o Metropolitano:

— entrega da contraproposta de revisão salarial e início das negociações; — fixar como data para produção de efeitos da nova tabela o dia 15 de Fe-

nos transportes ficou parado e deixou concretizar as greves.

O próprio secretário de Estado se comprometeu já no decorrer das primeiras 24 horas de greve «a contactar as empresas no sentido de resolver os problemas». Mas não deu quais quer garantias, adiantava a Federação no seu comunicado de dia 7.

Se a capacidade de negociar se mantiver como

que avaliza oficialmente.

A impopularidade das greves nos transportes não pode ser atribuída aos sindicatos, às associações sindicais, às comissões sindicais negociadoras.

Os passageiros, os trabalhadores, todos os que precisam dos transportes públicos são afectados pelo Governo, pela «AD» ou pelo que dela resta. Não são afectados pelos sindicatos, nem pelos trabalhadores.

Internacional

Lisboa, capital da solidariedade com os Estados da Linha da Frente

A Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente e pela libertação nacional e paz na África Austral, a realizar em Lisboa de 25 a 27 de Março próximo, pode considerar-se desde já um êxito. Esta é a opinião do tenente-coronel Vítor Alves, presidente da Comissão Internacional Preparatória (CIP) da Conferência e de membros da comissão nacional, expressa em conferência de imprensa na passada terça-feira, em Lisboa.

A certeza do êxito desta Conferência, cujo adiamento de 1982 para 1983 suscitou especulações malévolas por parte de forças pouco interessadas no debate público da grave situação que se vive na África Austral e na denúncia dos responsáveis de tal estado de coisas, ganhou ainda mais força após a terceira reunião da CIP realizada em Amesterdão de 28 a 30 de Janeiro, bem como os contactos posteriores de representantes da CIP em Estocolmo, Copenthiaga, Londres,

Paris, Bruxelas, Bona, Viena e Roma, onde se conseguiram novos apoios que melhoram qualitativa e quantitativamente a participação na Conferência de Lisboa.

Como salientou Silas Cerqueira, vice-presidente da CIP, no encontro com os jornalistas, a terceira reunião preparatória concluiu pela necessidade de se intensificar a solidariedade com os Estados da Linha da Frente, dada a escalada da política agressiva da África do

Sul, apoiada militar, nuclear e economicamente por certas potências ocidentais.

Esclarecer e sensibilizar a opinião pública internacional para a situação de guerra que se vive na África Austral, para os crimes do *apartheid*, para a necessidade urgente de auxílio político, material e económico aos Estados da Linha da Frente, ao Movimento de Libertação da Namíbia e ao Congresso Nacional Africano, são objectivos da Conferência de Lisboa que embora audaciosos podem ser alcançados. Provam-no, por exemplo, os resultados dos contactos estabelecidos em várias capitais da Europa, Estados Unidos e Canadá.

Vítor Alves, Silas Cerqueira, João Cravinho, Aquilino Ribeiro Machado, José Manuel Galvão Teles e Kandy Nehova (representante da SWAPO), que jun-

tamente com representantes dos Países da Linha da Frente contactaram nos vários países com partidos políticos, entidades governamentais, organizações sociais e religiosas, são unânimes em afirmar o interesse e empenhamento generalizado na preparação e realização da Conferência de Lisboa.

Nalguns casos, como por exemplo na Holanda, são já visíveis os resultados de todo o intenso trabalho desenvolvido até agora nesse sentido. Por iniciativa dos democratas-cristãos, o parlamento holandês aprovou sanções contra a África do Sul, no âmbito das medidas propostas para tal pelas Nações Unidas.

Também em Roma, onde o Conselho Nacional de Solidariedade com a Namíbia e os Estados da Linha da Frente é

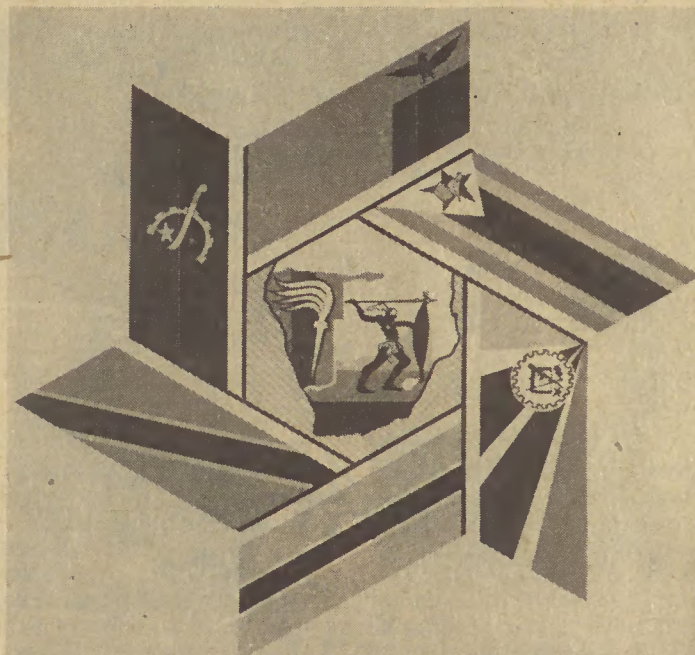
particularmente importante, o apoio assume já aspectos práticos significativos, nomeadamente através do envio organizado de roupas, medicamentos e mesmo tractores.

São também garantia do êxito da Conferência de Lisboa o interesse e empenhamento dos Estados da Linha da Frente na realização desta iniciativa, expresso não só no alto nível das participações assegurado, mas também no intenso trabalho de esclarecimento que está a ser feito pelos respectivos embaixadores nos diversos países da Europa. São eles, juntamente com todas as organizações contactadas, que prosseguem agora a tarefa de sensibilização da opinião pública iniciado pelos representantes da Comissão Internacional Preparatória.

Lisboa vai ser assim, no pró-

ximo mês, o centro das atenções da opinião pública internacional. Lisboa, que se prestigia a si própria e ao País ao acolher os participantes da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, será palco de uma iniciativa que pode contribuir de forma importante para a paz no Continente Africano e no Mundo.

O apoio, solidariedade, participação e interesse que se mobilizam um pouco por todo o Mundo e em particular na Europa terão de ter em Portugal a sua expressão mais alta. Ninguém poderá ficar indiferente a este encontro de representantes de povos de todo o Mundo, que em Lisboa se vão juntar em tão magnífica demonstração de solidariedade entre os homens.



CONFÉRENCIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM OS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE

INTERNATIONAL CONFERENCE IN SOLIDARITY WITH THE FRONTLINE STATES

CONFÉRENCIE INTERNATIONALE DE SOLIDARITÉ AVEC LES ÉTATS DE LA LIGNE DE FRONT

LISBOA 25, 26, 27 MARÇO 1983

Grã-Bretanha – desemprego problema maior, entre outros

Num único mês, em Janeiro deste ano, o número de desempregados na Grã-Bretanha aumentou de 127 718, atingindo actualmente 13,8 por cento da população activa do país, o que em síntese significa que, este momento, um em cada sete trabalhadores britânicos está sem trabalho. Este um problema maior de um conjunto de graves problemas com que o povo britânico se debate, e de que certamente se não pode desligar a possibilidade de realização de eleições gerais já em Junho, quando a actual legislatura apenas termina no próximo ano.

A concretizar-se, a realização de eleições em Junho – possibilidade admitida pela lei, que permite a convocação de eleições dentro do período de um ano, antecedendo o fim da legislatura – constituiria sinal concreto da consciência do governo conservador de que a agudização dos problemas nacionais, a degradação das condições de vida do povo, aconselha que se vá às urnas, quanto mais cedo melhor, pois o tempo jogará a desfavor dos conservadores.

Mas viria igualmente testemunhar das dificuldades da esquerda, da situação actual entre os trabalhistas, dificuldades que o Partido Conservador, hoje no poder, tentaria aproveitar, da forma mais oportuna.

Que quadro político?

O Congresso do Partido Conservador veio confirmar a posição muito sólida de Thatcher dentro do seu Partido. Isto apesar da existência de uma oposição interna à política económica do actual governo, cen-

trada em torno do ex-primeiro ministro Heath.

Por outro lado, no seio do Partido Trabalhista, a nota mais saliente neste momento é uma viragem à direita, a nível da Comissão Executiva Nacional, saída do Congresso de Setembro. O que entretanto não se reflectiu desde já numa alteração sensível da política de partido que tem vindo a ser seguida nestes últimos anos. Facto que assume particular relevo na reafirmação da defesa do **desarmamento nuclear unilateral**, incluindo o encerramento das bases nucleares em solo e águas britânicas, e que o Congresso aprovou por uma maioria de dois terços.

De registar também que, em eleições locais intercalares entretanto realizadas, se verificou, a par de uma abstenção muito elevada, uma tendência para a descida de conservadores e trabalhistas, e uma subida dos liberais e dos social-democratas. Descendo por uma alternância no poder de que se não tiram frutos para uma melhoria das condições

de vida do país e da massa de trabalhadores?

Múltiplos problemas

Tal como por todo o mundo capitalista desenvolvido, e assumindo dimensões particularmente graves, o desemprego surge como o mais preocupante e sentido problema. A que se somam todos os outros, derivados, em primeiro lugar, da política económica do governo de Thatcher. Degradação das condições de vida, pelo desemprego, pela inflação, pelos cortes drásticos nas despesas sociais.

Simultaneamente, os 10 anos de permanência do país no Mercado Comum, completados no princípio de Janeiro, não trouxeram propriamente vantagens ao povo da Grã-Bretanha. Os preços dos produtos agrícolas triplicaram, neste período. Importantes ramos industriais foram seriamente afectados pela concorrência dos outros países da CEE. O que significa que parte do crescimento da taxa de desemprego se prende também à integração do país na CEE.

Aliás as divergências e «guerras» entre parceiros são um facto crónico, de que é exemplo actual a «guerra do bacalhau» contra a Dinamarca.

Temos ainda os trunfos políticos que se pretendem retirar do conflito armado das Malvinas, estimulando um naciona-

lismo que nada tem a ver com interesses nacionais.

E se alguns trunfos de facto dessa forma foram obtidos pelo governo de Thatcher, os factos não podem deixar de se ir entretanto impondo. Centenas de mortos, os que vieram estropeados, os gastos que naturalmente têm repercurção no nível de vida da população.

Mas também o que agora se segue. Estão a ser construídas nas ilhas pistas de aterragem. Porta-aviões «Ilustrions» e outros navios de guerra sulcam as águas próximas. Na Grã-Bretanha prosseguem os trabalhos de aperfeiçoamento dos mísseis com que serão equipados os «Harrier» e outros aviões de guerra. Multilicam-se os preparativos, não só para consolidar uma clara presença colonial britânica nas ilhas, como ainda para a sua transformação numa base de «forças de intervenção rápida», à semelhança das norte-americanas. Isto para não falar já da presença militar norte-americana.

Dificilmente se poderia continuar a afirmar que o que estava em causa era a defesa da população das Malvinas...

Lutas importantes

A política económica de Thatcher, como as suas posições belicistas, tem defrontado algumas importantes acções dos trabalhadores britânicos.

De Madrid a Viena quem defende a Paz?

Reiniciou-se em Madrid a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, cujos trabalhos foram interrompidos em Dezembro por então, uma vez mais, e apesar de alguns progressos registados, não ter ainda sido possível a sua conclusão, com a aprovação de decisões concretas e de um documento final.

Que perspectivas se abrem, agora? O apoio maioritário a realização de uma conferência sobre medidas de confiança que possam abrir caminho ao desarmamento da Europa, constitui um elemento sem dúvida importante. Tal como a proposta de um documento final de países neutrais e não-alinhados, que conta com o apoio dos países socialistas e que não foi rejeitada pelos países capitalistas.

Acresce a isto – que no fundo é o ponto em que os trabalhos ficaram em Dezembro – um conjunto de propostas soviéticas, entretanto formuladas, e que não podem deixar de constituir um contributo importante num debate que visa abrir caminhos para o desarmamento do velho continente. Será difícil ignorar em Madrid propostas de renúncia total às armas euro-estratégicas, ou a redução em dois terços destas armas (ficando a União Soviética com um número de mísseis equivalente ao dos da França e da Grã-Bretanha). E ainda, o compromisso de não utilização em primeiro lugar da arma atómica, como a proposta formulada pelos países socialistas, em Praga, de um tratado de não-recorso à força.

Entretanto o grande problema é o da vontade política de chegar a uma conclusão positiva. Ou como salientou o vice-

-ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Anatoli Kovalev, que chefiava a delegação do seu país a Madrid – para que se obtenham resultados posi-

tivos a vontade política de atingir resultados palpáveis parece de todo em todo não existir. É bem verdade que o pretexto Polónia já dificilmente poderá ser utilizado, mas não é menos verdade também, que não só Reagan persiste em posições que sabe a partida inaceitáveis, como a sua maior preocupação – como ele próprio afirma – não é chegar à limita-

ção encontra na Europa pela sua política externa, decidiu coordenar os esforços de informação do seu governo para fazer frente à ofensiva soviética pelo desarmamento». De facto, a Paz não é o objectivo da Casa Branca. A sua grande preocupação é a demarcação, por parte de governos da NATO, das suas posições belicistas, e o poderoso movimento europeu pela paz, que no fundo condiciona essa demarcação, e que, a somar à posição da comunidade socialista e dos países não alinhados, poderá abrir caminho ao êxito de Madrid e à possibilidade de finalmente se travar o curso da corrida aos armamentos.

A conferência de Viena, que entretanto reuniu, durante quatro dias, três centenas de delegados de 35 países signatários da Acta Final de Helsinquia (que na prática Washington hoje ignora), para debater formas de eliminar o perigo de uma guerra nuclear na Europa, insere-se neste vasto movimento de opinião pública pela paz, que tantas dores de cabeça está a dar à Casa Branca e ao Pentágono.

Nesta conferência, em que participou uma delegação do movimento da Paz em Portugal, foi divulgado um documento alertando para a fase qualitativamente nova que hoje se vive no domínio da corrida aos armamentos, e ainda para a impossibilidade de contenção de um conflito nuclear nos limites do continente – que na verdade assumiria proporções planetárias.



vos é necessário, antes do mais, «renunciar a novas tentativas de impor à assembleia o confronto estéril, as ingerências nos assuntos internos dos países, a apresentação de propostas à partida inaceitáveis pelos negociadores».

E da parte dos Estados Uni-

ção de armamentos, mas sim lutar contra os que a pretendem. Não é isso mesmo que as últimas propostas (em nada inovadoras), contidas na «carta aos povos europeus», indicam? Segundo a agência France Press, o presidente Reagan, inquieto com a incompreensão

América Latina

Terrorismo no Peru com o aval do governo

O massacre de nove pessoas na comuna de Uchuracay, distrito de Ayacucho, no Peru, no passado dia 27 de Janeiro, deixou de luto todos os democratas daquele país e horrorizou a opinião pública internacional.

A forma selvática como os oito jornalistas e o respectivo guia foram torturados e mutilados até à morte fala por si do clima que se vive em Ayacucho, uma das regiões mais pobres do Peru. E também da degradação na situação interna naquele país, onde a democracia burguesa resvala perigosamente para um regime de liquidação das liberdades.

É impossível compreender de algum modo o brutal assassinato dos jornalistas peruanos em missão sem ter presente a realidade actual peruana. Uma realidade em que a estratégia do governo de Belaunde e a do grupo terrorista «Sendero Luminoso» coincidem num ponto específico: ambas procuram estabelecer no país um clima político de repressão generalizada e de medo.

O governo, porque sabe que o agudizar da crise económica, o cumprimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o seu próprio prestígio político requerem «mão dura» para conter o protesto popular contra tal estado de coisas.

O grupo terrorista «Sendero Luminoso», dito maquista, porque crê, consciente ou inconscientemente, que um clima repressivo deste tipo favorece a revolta popular e abre caminho à luta armada, solução preconizada pelo grupo para derrotar o governo.

A desestabilização gera a repressão. A pretexto de combater o terrorismo, o governo peruano deu às Forças Armadas

e aos grupos paramilitares organizados crescentes poderes, que se fazem sentir em todos os sectores da vida nacional. São atacados os partidos políticos de esquerda, as organizações sindicais, as organizações populares.

Sob a capa do combate ao terrorismo, a reacção peruana desenvolveu uma vaga repressiva que se faz sentir com maior intensidade sobre os trabalhadores e as massas populares em luta contra as imposições do FMI que se traduziram numa desvalorização da moeda de cerca de 100 por cento no ano findo e numa inflação superior a 70 por cento.

Sob a capa do combate ao terrorismo, o governo peruano avança cada vez mais no ataque às liberdades democráticas, desde a supressão do direito de reunião às torturas, «desaparecimentos» e fuzilamentos de cidadãos indiscriminadamente acusados de terroristas. Paralelamente, instila-se a ideia da necessidade de «mão dura», da intervenção policial, da «justiça» sumária aplicada a todos os suspeitos.

Os acontecimentos dramáticos em Ayacucho onde o exército está em campanha desde Dezembro, são bem o reflexo desta política. Segundo declarações do capitão Elias Sierra, os camponeses da região tinham instruções para responder aos ataques dos terroristas com todos os meios ao seu alcance. Ou seja, fazer «justiça» pelas próprias mãos. Os pró-

prios camponeses da zona afirmam que a polícia lhes disse «nós só viemos pelo ar, em helicópteros. Todos aqueles que vêm por terra são terroristas e vocês verão o que lhes fazem».

Que outro significado atribuir a semelhantes declarações que não o incentivo à violência entre a população civil?

Que outra explicação dar ao monstruoso assassinato quando os primeiros resultados do inquérito aos acontecimentos revelam que as autoridades locais estiveram envolvidas e que os autores materiais do crime entregaram à polícia as máquinas fotográficas e outros materiais de trabalho das vítimas, sem terem sido presos?

E se não era este o objectivo das autoridades peruanas, como explicar que as afirmações do presidente Belaunde, ao comentar a participação de camponeses na morte de 14 pessoas, em 22 e 23 de Janeiro, aparentemente «senderistas», tenham sido para exprimir «a esperança de que por este caminho muito em breve se restabeleça a tranquilidade em Ayacucho».

Todos estes dados apontam num sentido que não pode ser ignorado. É que uns foram os responsáveis materiais do assassinato dos jornalistas e outros os responsáveis morais. Como afirmava o presidente da organização dos jornalistas peruanos, na alocução fúnebre aos seis profissionais de imprensa enterrados em Lima, «não há que perguntar apenas quem premiu o gatilho, quem lançou as pedras, mas quem incitou a cometer estes crimes».

Solidariedade

• **Repressão na Arábia Saudita** – O Comité de Defesa dos Direitos Humanos na Arábia Saudita divulgou recentemente um documento denunciando a campanha de terror desenhada pelo regime saudita contra os homens da ciência, da cultura, trabalhadores em geral, mulheres e estudantes.

Segundo o Comité, a vaga de prisões intensificou-se a partir da agressão sionista contra o Líbano e a OLP, numa tentativa de impedir o movimento de solidariedade popular para com a causa árabe. Este intensificar da repressão insere-se de resto numa actividade mais vasta desenvolvida pelas autoridades da Arábia Saudita junto dos regimes árabes patrióticos da região, que pressionou de múltiplas formas de modo a evitar uma acção enérgica e concertada contra o imperialismo e o sionismo. Tais manobras assumiram particular relevância na Síria, país directamente envolvido no conflito israelo-árabe e hoje ameaçado pelo perigo de uma incursão sionista no seu território.

De acordo com o documento do Comité as vítimas desta campanha de terror são submetidas «aos mais brutais métodos de tortura», correndo perigo de vida e não dispondo de quaisquer garantias legais para se defenderem.

A solidariedade internacional para com os patriotas da Arábia Saudita é um dever de todos os democratas. Para ela apela o Comité de Defesa dos Direitos Humanos, sugerindo que sejam enviados telegramas de condenação pela repressão no país e exigindo a libertação de todos os presos políticos.

• **Fuzileiros americanos em El Salvador** – Enquanto os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional prosseguem a luta pela libertação do país, ocupando cidade após cidade e capturando cada vez mais soldados das forças governamentais, os Estados Unidos intensificam a sua intervenção directa em El Salvador, numa desesperada tentativa para impedir a vitória inevitável da democracia.

A pretexto de proteger cidadãos norte-americanos residentes no país, foi deslocado para El Salvador um grande contingente de fuzileiros navais dos Estados Unidos. Como se já não bastassem os «conselheiros militares», as armas, a ajuda económica... E a verda-

de é que tudo isso basta menos de dia para dia para fazer face à vontade popular de se libertar dos seus verdugos.

Como fica demonstrado pelo moral das tropas governamentais, a quem o embaixador dos Estados Unidos em San Salvador achou por bem exortar para que «tentem manter as suas posições» na luta contra a guerrilha na província de Morazan, a solução do conflito pela via das negociações ganha terreno.

Até a insuspeita central sindical norte-americana AFL-CIO veio pela primeira vez a público afirmar-se contrária ao prosseguimento da ajuda militar ao governo de El Salvador, numa reunião da comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado. Segundo um representante daquela central, a corrupção da justiça e tal em El Salvador que não bastam os famigerados «progressos na defesa dos direitos humanos» registados por Reagan para manter o apoio.

A disposição de negociar para pôr fim à guerra tem sido reafirmada pelos patriotas salvadorenhos. A sua inevitabilidade ganha adeptos dentro e fora de El Salvador. Os norte-americanos começam a ter verda-

deiro medo de um novo Vietname.

• **Agrava-se situação no Líbano** – Segundo o Órgão Central do Partido Comunista Francês, «L'Humanité», a força multinacional destacada para o Líbano tem apoiado as Forças Armadas libanesas no combate e perseguição às organizações de esquerda. As forças francesas e italianas participam directamente nessas acções, como sucedeu na ocupação da sede do Partido Comunista Libanês, donde foram roubados todos os documentos.

Ainda de acordo com «L'Humanité», aquelas forças não desenvolvem qualquer tipo de operações em Beirute-Oeste, onde se encontram em peso as milícias fascistas.

Esta situação torna ainda mais preocupante as recentes notícias vindas a público sobre a disposição do governo francês de reforçar a sua presença no Líbano. A paz está longe de ser conseguida naquela martirizada região do Médio Oriente. O interesse pelo Líbano está longe de ser pacífico. A solidariedade para com o povo libanês tem de continuar na ordem do dia.